



**CRESS PR**  
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 11ª REGIÃO

# **RELATÓRIO FINAL DO ENCONTRO ESTADUAL DO CRESS-PR**

Trabalhamos em vários espaços, sempre com a população: trabalho profissional e defesa de direitos no contexto de Covid-19 e pós-pandemia

Curitiba  
2020





**CRESS PR**

Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

## **Gestão “Unidade na Resistência, Ousadia na Luta” (2020-2023)**

**Presidenta:** Andrea Luiza C. Braga

**Vice-presidenta:** Sandra Mancino

**1ª Secretária:** Priscila Brasil

**2ª Secretário:** Jackson M. Teixeira da Silva

**1ª Tesoureira:** Jucimeri Isolda Silveira

**2ª Tesoureira:** Ilda Lopes Witiuk

### **Conselho Fiscal:**

Denise Ratmann Arruda Colin

Edilaine Costa Aguirre

Deby Caroline Eidam de Almeida

### **Suplentes:**

Josiane Alves de Almeida Caçador

José Lucas Januário de Menezes

Márcia Helena Carvalho Lopes

Rosângela Ap. de Souza Costa Andrean

Christiani Cassoli Bortoloto Lopes

Cristiane Gonçalves de Souza

Adrieli Volpato Craveiro

Marcelo Nascimento de Oliveira

---

### **SECCIONAL DE LONDRINA**

Coordenadora: Liana Lopes Bassi

Tesoureira: Tatiane Monteiro Caldeira

Secretária: Luana Garcia Campos

### **Suplentes**

Juliana Rodrigues da Cruz Santos

Maria Edna Chagas Silva

Andreliane Godoy Maistrovicz

---

### **SECCIONAL DE CASCAVEL**

Coordenadora: Suzani G. Sartori Fillus

Tesoureira: Ester Taube Toretta

Secretária: Edyane Silva de Lima

### **Suplentes**

Rogério Angelo da Silva

Maria Geusina da Silva

Monica Gomes

---

### **Sistematização dos dados e elaboração do Relatório:**

Tamires Caroline de Oliveira - coordenadora técnica

Rafael Lüders - Assistente Administrativo

Colaboração: Gabriel Hirano - estagiário de Serviço Social

# Apresentação

Entre os dias 30 de julho a 01 de agosto de 2020, realizamos o *Encontro Estadual do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná - Trabalhamos em vários espaços, sempre com a população: trabalho profissional e defesa de direitos no contexto de Covid-19 e pós-pandemia*, que antecede o 49º Encontro Descentralizado dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) da Região Sul e o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS no ano de 2020.

Neste ano, os encontros descentralizados e nacionais do Conjunto CFESS-CRESS ocorrem no formato remoto, considerando os impactos da Pandemia Mundial do Novo Coronavírus - Covid-19, sobretudo no que se refere à recomendação de não realização de atividades presenciais, como uma das formas para se evitar exposição aos riscos de contaminação. Desta forma, as diretrizes do Conjunto CFESS/CRESS propõem que as etapas consultivas e propositivas sejam realizadas em todos os níveis (estadual, regional e nacional), de modo a acumular o debate e a realizar proposições para o triênio 2020-2023, considerando os sete eixos do Conjunto CFESS/CRESS e a metodologia de planejamento indicando as deliberações para o próximo triênio.

No Paraná, durante os três dias de Encontro, com a participação de aproximadamente 600 pessoas (entre profissionais e estudantes), discutimos as propostas da gestão nos seis eixos de atuação, definimos prioridades e incorporamos novas propostas para execução no triênio. A abertura e o encerramento, este com prestação de contas do ano de 2019, foram transmitidos ao vivo pelo canal do CRESS no Youtube e já contam com 1,6 mil e 433 visualizações, respectivamente.

Consideramos que neste cenário de pandemia é primordial a participação da categoria para enfrentar os desafios deste contexto, uma vez que estamos diante de um cenário inédito. Como todas as outras instâncias da sociedade, afirmamos a necessidade de nos “reinventar”, tendo como horizonte a convicção de que as estratégias coletivas são as únicas que nos possibilitarão o fortalecimento necessário para continuarmos a defesa das condições éticas e técnicas de trabalho, bem como avançarmos na agenda política conjunta da categoria. Por isso, foi importante a participação expressiva da categoria neste momento de levantamento de propostas e consulta pública sobre as ações do Regional do Paraná para o triênio 2020-2023, as quais também serão levadas para debate no encontro descentralizado e nacional.

Este relatório, portanto, visa consolidar as discussões do Encontro Estadual e oferecer subsídio para que, juntas e juntos, possamos dar continuidade às construções coletivas na valorização e fortalecimento dos espaços de organização do Serviço Social, bem como construir alternativas e estratégias que correspondam aos desafios do nosso tempo presente.

# Quadro Geral

A Gestão “Unidade na Resistência, Ousadia na Luta” colocou para consulta pública 57 propostas, possibilitando a inclusão de mais três propostas novas em cada eixo. Após os debates nas Oficinas, consolidou-se um total de **70 propostas de ações** para execução no triênio 2020-2023, sendo que para o ano de 2021 concentraram-se 31 propostas; para o ano de 2022, resultou 25 propostas e; para ano de 2023, estabeleceu-se 16 propostas.

## Total de propostas aprovadas por ano

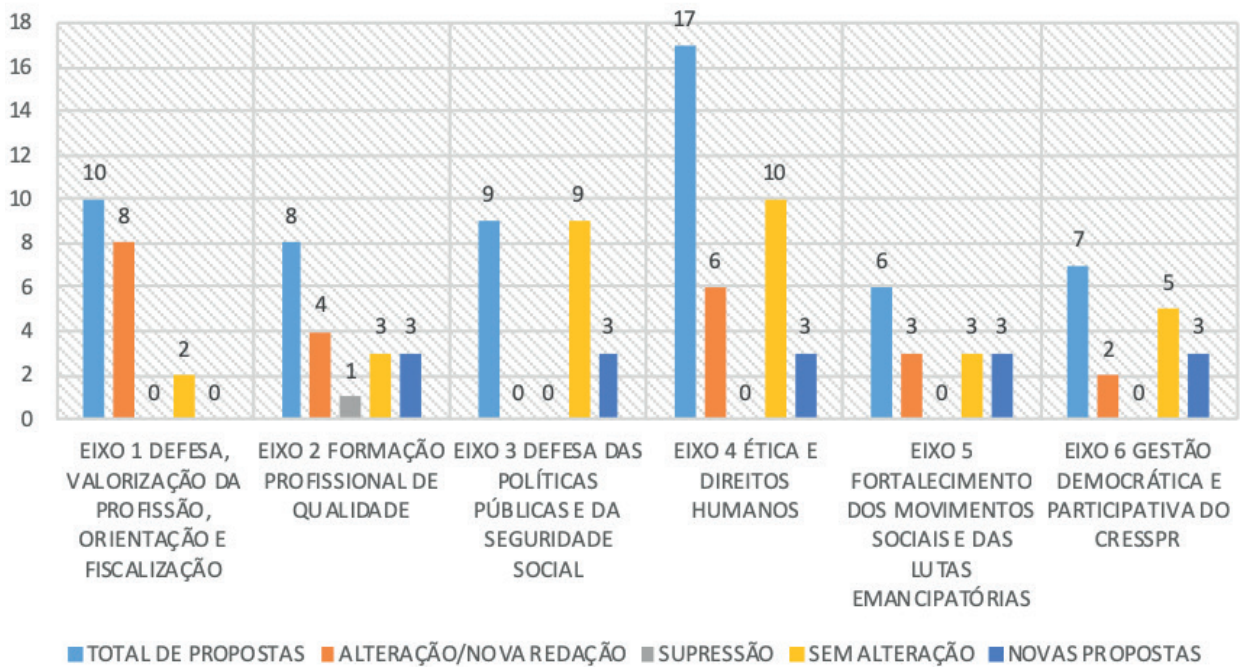
EIXO	2021	2022	2023	Total
Eixo 1 Defesa, Valorização da Profissão, Orientação e Fiscalização	4	4	2	10
Eixo 2 Formação Profissional de Qualidade	4	4	2	10
Eixo 3 Defesa das Políticas Públicas e da Seguridade Social	6	4	2	12
Eixo 4 Ética e Direitos Humanos	8	6	5	19
Eixo 5 Fortalecimento dos Movimentos Sociais e das Lutas Emancipatórias	3	3	3	9
Eixo 6 Gestão Democrática e Participativa do CRESSPR	6	4	2	12
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>25</b>	<b>16</b>	<b>70*</b>

\* A ação nº 07 do “EIXO 6 Gestão Democrática e Participativa do CRESS-PR”, será executada nos três anos de gestão. Por conta disso, ela se apresenta somada em cada ano de execução, mas no total geral aparece como uma só, resultando num total de 70 propostas aprovadas.

## Alterações, novas propostas e supressões

Originalmente, os eixos contavam com as seguintes quantidades de propostas: EIXO 1 – 10; EIXO 2 – 08; EIXO 3 – 09; EIXO 4 – 17; EIXO 5 – 06; EIXO 6 – 07. Como resultado dos trabalhos em grupos, 32 propostas foram mantidas sem alteração; 23 propostas tiveram suas redações alteradas ou uma nova redação; 1 proposta foi suprimida e 2 foram unificadas. Além disso, apresentaram-se 15 novas propostas, conforme gráfico abaixo:

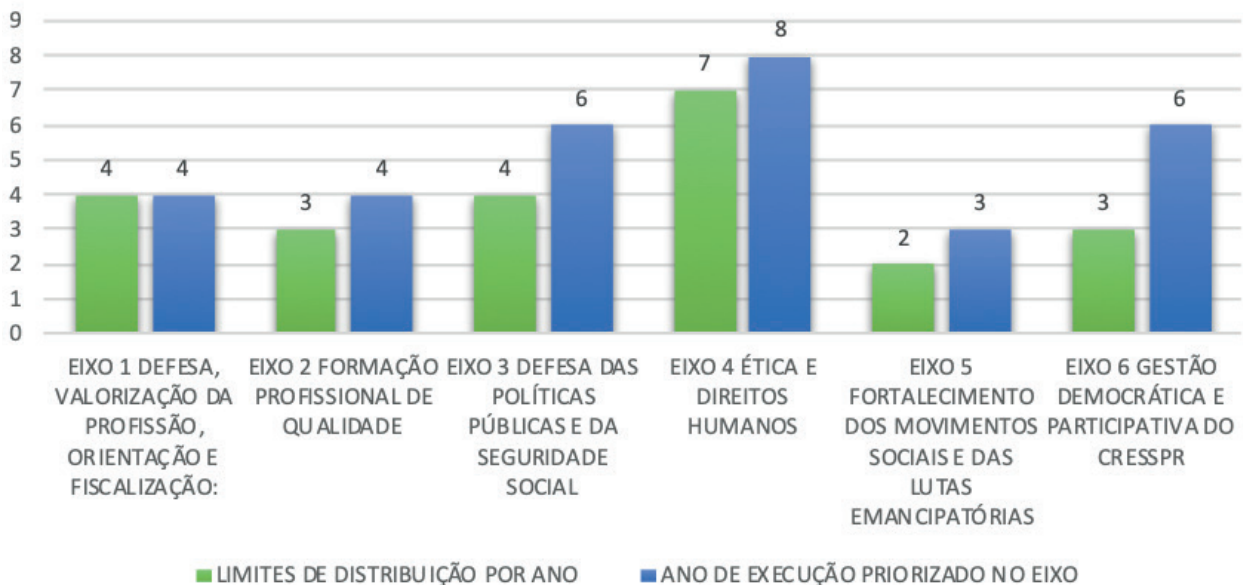
### Quadro geral de análise das propostas



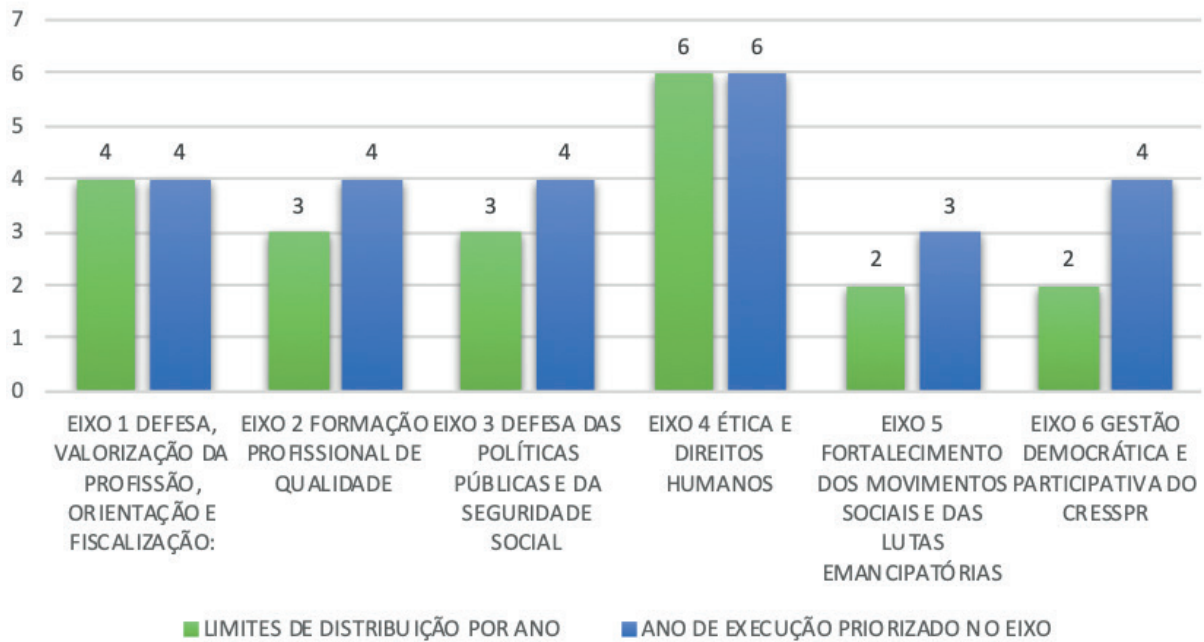
### Distribuição anual das prioridades

Com o desafio de implementar as diversas ações propostas, as quais formam um conjunto de ações estratégicas para além das atividades permanentes do Conselho, propusemos o exercício de indicação do ano em que cada ação deveria ser priorizada, estabelecendo um limite para cada período.

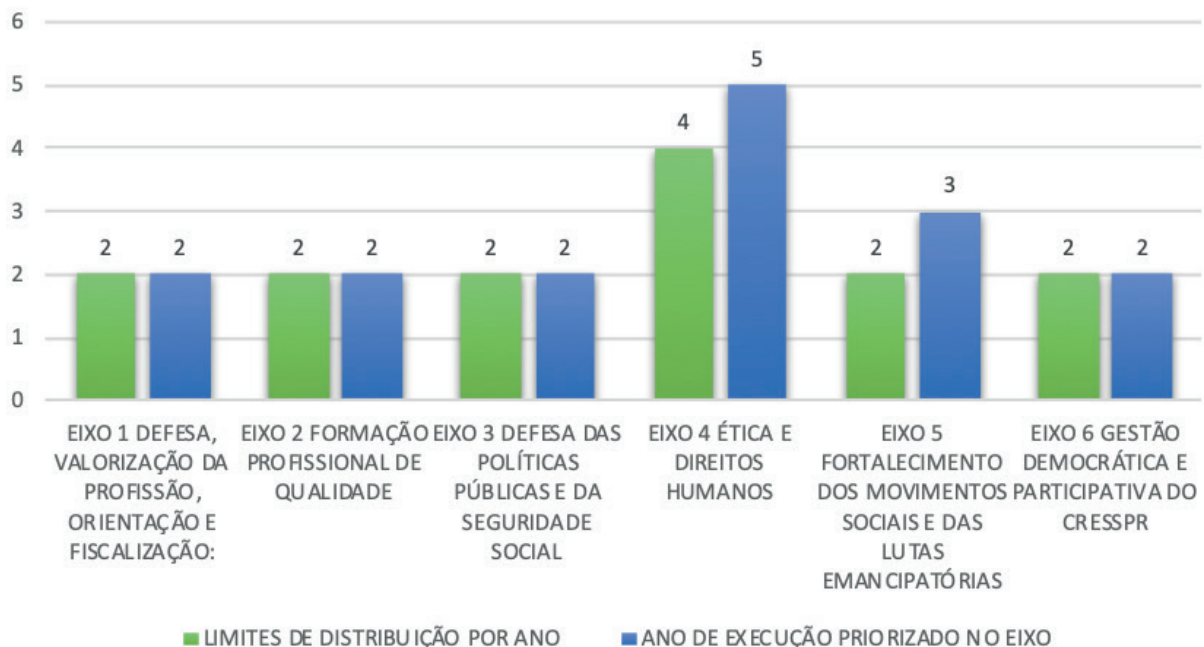
### Comparativo de Propostas | Limite x Priorizado no Eixo ANO 2021



**Comparativo de Propostas | Limite x Priorizado no Eixo  
ANO 2022**



**Comparativo de Propostas | Limite x Priorizado no Eixo  
ANO 2023**



Sendo este o quadro geral de deliberações que resultou dos debates durante a realização das oficinas com a categoria profissional e estudantes de Serviço Social, passaremos a apresentar o resultado qualitativo das discussões que perpassaram cada eixo para definição das propostas agora consolidadas para implementação no triênio 2020-2023.



**EIXO 1**

# Defesa, Valorização da Profissão, Orientação e Fiscalização

**Realizado no dia 30/07/2020, das 18h às 21h.**

**Condução do Eixo:** Andréa Braga (CRESS), Rogério e Luana (Seccionais de Cascavel e Londrina)

**Mediação das discussões no Chat:** Beatriz (Agente Fiscal do CRESS/PR)

**Relatoria:** Érika e Adriene Muller (Agentes Fiscais do CRESS/PR)

## ABERTURA

Conselheira presidente Andrea Braga inicia a reunião mencionando sobre os limites da reunião remota e solicita que as apresentações ocorram no chat com o nome e de qual município que pertence. Informa que a agente fiscal Beatriz Souza vai ficar na mediação do chat. Andrea apresenta a coordenadora Luana da seccional de Londrina e o Rogério coordenador da Seccional de Cascavel, sendo estes condutores desta atividade. Reforça a importância de hoje conseguirmos aprovar as atividades que serão conduzidas pelo CRESS, esse momento é de aprovarmos então essas atividades em âmbito estadual para apresentarmos as propostas ao encontro descentralizado e posteriormente no encontro nacional.

Neste momento, será avaliada as propostas da gestão com os indicativos do CFESS e também das seccionais, propostas estas que serão executados no exercício desta gestão triênio 2020/2021/2023. Uma das tarefas é definirmos o período de execução desta atividade dentro do triênio. O eixo específico que envolve o exercício profissional pode indicar até três novas propostas. Foi estabelecido algumas pactuações, como deixar os microfones desligados e a inscrição será pelo chat. A intervenção será de 3 minutos.

A palavra será do Rogério para explicar sobre a dinâmica do trabalho. Rogerio inicia fazendo um breve resgate acerca do eixo, ressaltando que este é um eixo de ação precípua do conjunto CFESS/CRESS. Neste sentido, relembra as dimensões da Política Nacional de Fiscalização - PNF que direciona o trabalho da COFI, e que as propostas estão interligadas com a este direcionamento de aprimoramento das ações políticas pedagógicas e também no aspecto normativo jurídico. A intenção é apresentar as propostas que foram pensadas e tiradas da Carta Programa da Gestão e pode acrescentar três novas propostas. Reforçou o cuidado de manter o microfone desligado para poder escutar quem está falando. Apresentação das propostas, depois as votações e discussões, e as sugestões de novas propostas.

Andrea informa sobre o instrumental criado pelo CRESS para atuação e intervenções acerca das condições éticas e técnicas no contexto da pandemia este será disponibilizado pelo link a ser preenchimento pelos/as assistentes sociais no chat. O formulário vai ficar para preenchimento até o final da tarde do dia 31/07 para, após ser apresentado na plenária final. Luana Garcia conduz a apresentação das propostas, e faz a introdução do eixo 1.

## **DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS**

### **Proposta 1**

Clarice Metzner, considera este texto genérico e sugere priorizarmos esta ação para o ano de 2021, com enfoque no planejamento com o tema pós Covid-19 ou formular uma nova proposta com o tema pós Covid-19. Jaqueline Zuin, sugere reformular a proposta levando em consideração o cenário de pandemia, reflete que os estudos alertam que este cenário irá perdurar por um período, pois ainda vamos viver um cenário instável em relação a saúde. Clarice, sugere então acrescentar na proposta, outros instrumentais para complementar as atividades de visita considerando o cenário da pandemia. Andrea então sugere a complementação da proposta para não inserir outra proposta. A discussão permeia a substituição do termo visita por ação para não perder a essência da proposta, sendo esta a proposta que dá centralidade as visitas. Mas alteração não substitui a visitas, mas amplia as possibilidades de atividades a serem realizadas no contexto da pandemia.

### **Proposta 2**

Clarice Metzner sugere acrescentar os profissionais assistentes sociais nesta proposta para envolver os profissionais nesta relação. Agente fiscal Vanessa Rocha provoca a reflexão acerca da metodologia de novas propostas, e alterações destas, entendendo que este exercício é de definirmos estas propostas e sua execução, ou se será também de novas proposições, e faz a consulta de como será feito este exercício. Andrea relata que a ideia é fazermos três novas propostas, e também fazer alterações nos textos para agregar as propostas que estavam prontas. E as últimas três sejam propostas que não estavam contempladas. AF Vanessa, propõe pensarmos como estas propostas irão dialogar no descentralizado. Andrea reforça que algumas destas têm caráter mais local, mas será levado para o descentralizado de forma a contemplar o debate de forma regional.

Daniela Moller resgata sobre os debates em relação ao depoimento especial e que há um acordo de um grupo de trabalho de assistentes sociais que o depoimento especial não é atribuição do/a assistente social. Pontua que é importante ter essa discussão com a categoria. Adrieli Volpato concorda com a fala da Clarice, e aponta que hoje não tem profissionais em todas as comarcas, sendo as profissionais referência de algumas comarcas, por isso é importante esse diálogo com as profissionais, para que este termo de cooperação não seja de cima para baixo, imposto institucionalmente, que seja viável e com condições objetivas. Ressalta a importância do envolvimento dos/as assistentes sociais do MP para buscar estratégias em conjunto com o CRESSPR para debater a questão. Andrea Braga, retoma o exercício desta atividade e que as alterações do texto que não mudam a proposta fazemos diretamente no texto.

Adrieli Volpato informa que todas as comarcas têm assistente social de referência, e isso causa uma sobrecarga a estes profissionais e por isso a importância da participação dos profissionais. Daniela Moller, reflete que a gestão irá desenvolver as ações e sugeriu em deixar uma redação genérica para que possa avaliar depois acrescentado os demais órgãos de defesa de direitos. Adrieli Volpato relata que esta cooperação já existe e que esta proposta é para



contemplar esse termo, de como será implementado. Sandra, sugere que a proposta então seja complementada, ampliando para outros órgãos de defesa de direitos as ações de cooperação. Clarice pontuou em aperfeiçoar ou fazer nova proposta, porém, incluindo a participação dos órgãos mencionados. Sandra entende que como esta proposta de ampliar demanda muito trabalho e tempo sugere inserir como nova proposta e manter essa. Daniela Moller retira a proposta de deixar mais genérica se o entendimento for de acrescentar nova proposta. Grupo entende em realizar nova proposta acerca deste tema ao final das propostas.

### **Proposta 3**

Daniela Moller questiona quais são as estratégias/ações do GT. Andrea Braga informa que são as ações de reivindicação de concurso público entre outras, sendo algumas pautas históricas apresentadas pela categoria. Clarice solicita qual era a dinâmica do GT e quais foram as atividades desenvolvidas pelo grupo e como foi a divulgação do trabalho realizado por este.

Luana reforça a necessidade de decidirmos se já vamos incluindo o ano que será realizado a proposta ou ao final fazemos as indicações. Rogério sugere que após as alterações e sugestões já indicamos o ano a ser realizado.

Proposta Daniela Moller: Promover ações de enfrentamento às requisições indevidas do sistema de justiça em diálogo com a categoria e sugere a realização para 2021. Talita Venancio relata que já recebeu orientação da COFI de encaminhamentos discussões do GT de requisições indevidas e foi me enviado material que baseou minhas ações diante do executivo e do TJ, entretanto, não viu a publicação destas ações no site do CRESS por exemplo para que seja acessível aos demais profissionais, creio que as orientações são mais no âmbito individual. Daniela Moller informa que não conhece a publicação e pondera ser importante que esteja de acordo com os debates e deliberações históricas demonstra preocupação com essa questão do depoimento especial, escuta especializada.

### **Proposta 4**

AF Vanessa Rocha entende que esta ação já foi concluída através das ações de fiscalização e a publicação do relatório com os resultados das visitas por isso não compreende a pertinência da manutenção da proposta. Clarisse M. reflete acerca da portaria que prevê acolhimento de criança e adolescente nas comunidades terapêuticas e pensando que esta questão irá retornar para o debate devido esta portaria, tendo outra centralidade no debate das comunidades terapêuticas. E consulta se pode ser suprimida e alterado neste outro aspecto que se apresenta.

Luana Garcia pondera que seria então outra ação e que a proposta específica seria disseminar o resultado. Sandra reflete que pode ter passado despercebido essa ação ou no planejamento não tenha sido informado sua execução. E sugere que pode ser reformulada, pois é uma ação permanente e necessária.

Andrea Braga reflete sobre possibilidade de manter a proposta e ampliar a disseminação do resultado destas ações, pois entende que está prevendo uma ação de continuidade. Rogério questiona já que foi realizada a deliberação e não ter sido identificada como realizada, se não poderia retirar e apontar no relatório que foi realizada. Clarisse reforça que este material

é de 2018 de uma ação realizada a época, e colocarmos como prioridade para divulgarmos em 2021/2022 não é viável considerando que esta já foi publicizado.

Foi entendido então no debate a pertinência de nova proposta sobre o tema. E se é possível suprimir a proposta. Andrea Braga pontua pela concordância pela nova proposta e disseminar a relação dos materiais construídos, e assim, ser uma ação continuada, pois não é uma ação pontual.

Clarisse menciona novamente a portaria e que este debate sobre o acolhimento de crianças e adolescentes na modalidade acolhimento em CT, a criminalização cada vez maior do uso abusivo de drogas, a volta do modelo hospitalocêntrico e o desfinanciamento da saúde mental, é importante manter ações nessa direção entendo que este tema incorpora os debates da categoria. Agente fiscal Jaqueline reflete que a proposta não é de disseminar, as estratégias seriam outras. A proposta quatro deve ser suprimida e pensar em uma nova proposta diante dos elementos que a Clarisse abordou.

### **Proposta 5**

AF Vanessa Rocha reflete sobre o entendimento da COFI acerca dos limites técnicos e administrativos na defesa dessa pauta e para não suprimir sugere assumirmos novas estratégias políticas executadas pela gestão em defesa dessa pauta. Considerando que a categoria tem muita expectativa e os limites jurídicos do CRESS não possibilita avançar nessa temática. Por isso a importância de reforçar o compromisso político do CRESS. Rogerio reflete que esta proposta tem caráter de continuidade devido às incidências que já são realizadas, e sugere colocarmos para 2023, mas reforça que as ações serão contínuas.

### **Proposta 6**

Andrea complementa que estas ações são de caráter contínuo do conselho, e que a proposta é de definirmos um período que será dado ênfase na ação. Daniela Moller considera importante que o texto contemple a chamada de aprovados que tenham vagas em aberto. Reflete que na situação do TJ a indicação de terceirização de profissionais por isso, elenca a importância desta ação em situações de concursos abertos e com vagas ociosas.

### **Proposta 7**

Texto aprovado na íntegra.

### **Proposta 8**

Há o entendimento de ser uma ação contínua, e concordância pela manutenção do texto.

### **Proposta 9**

Andrea Braga coloca que a proposta é de fazer uma acolhida diferenciada com ênfase em ações mais planejadas e que conseguíssemos identificar esses profissionais. Raimunda considera importante compreender como será divulgado, ou como será realizado esse chamamento. Sandra

reflete que a proposta contemple além de informar, fazer um acolhimento diferenciado pensando nas dificuldades que estes enfrentam.

Rogério entende que a disseminação de informações está contemplada na proposta de número 10. E que a proposta de número 9 seria uma acolhida mais sistematizada. Luana Garcia reflete que a nova proposta contempla no sentido de orientar quanto ao processo de regularização da atuação junto ao conselho.

### Proposta 10

Rogério reflete sobre a atividade desta proposta, considerando a interlocução com a proposta 09 no sentido de promover a inclusão destes profissionais nas atividades do CRESS PR. AF. Jaqueline Zuin pondera que essa atividade é de convidá-los para participação nas CTS e outras atividades, pois a incidência em situações irregulares compete a COFI.

## RESULTADO

Nº	EIXO 1 DEFESA, VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO, ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:	ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO / NOVA REDAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO		
			2021	2022	2023
Limites de propostas			4	4	2
TOTAL			4	4	2
1	Dar sequência ao processo de ampliação das visitas de orientação e fiscalização para a defesa do exercício profissional da/o assistente social, de condições éticas e técnicas de trabalho nos diversos espaços sócio ocupacionais, visando, também, qualidade dos serviços sociais prestados à população, realização de concursos públicos e abertura de espaços de atuação.	Dar sequência ao processo de ampliação das ações de orientação e fiscalização diante do contexto da pandemia e pós pandemia para a defesa do exercício profissional da/o assistente social, de condições éticas e técnicas de trabalho nos diversos espaços sócio ocupacionais, visando, também, qualidade dos serviços sociais prestados à população, realização de concursos públicos e abertura de espaços de atuação.			
2	Implementar a cooperação interinstitucional com o Ministério Público do Paraná, para a fiscalização conjunta, especialmente de espaços violadores de direitos humanos e equipamentos sociais como os de Assistência Social, tendo como objetivo adequar as estruturas dos serviços públicos, e estabelecer novas cooperações, especialmente com conselhos profissionais que tenham sintonia com os mesmos princípios éticos;	Implementar a cooperação interinstitucional com o Ministério Público do Paraná com envolvimento dos/as assistentes sociais que atuam neste órgão, para a fiscalização conjunta, especialmente de espaços violadores de direitos humanos e equipamentos sociais como os de Assistência Social, tendo como objetivo adequar as estruturas dos serviços públicos, e estabelecer novas cooperações, especialmente com conselhos profissionais que tenham sintonia com os mesmos princípios éticos.	X		
3	Publicar os resultados e implantar ações estratégicas do Grupo de Trabalho sobre Demandas Indevidas do Sistema de Justiça e Órgãos de Defesa de Direitos;	Promover ações de enfrentamento às requisições indevidas do sistema de justiça em diálogo com a categoria e inclusive publicar os resultados e implantação de ações estratégicas do Grupo de Trabalho sobre Demandas Indevidas do Sistema de Justiça e Órgãos de Defesa de Direitos	X		



4	Disseminar os resultados das ações de fiscalização do exercício profissional em Comunidades Terapêuticas e Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, com produção de orientações e realização de demais ações de fiscalização;	Constituir estratégias de enfrentamento às alterações na política de saúde mental que expressam retrocesso aos princípios da reforma psiquiátrica. Considerar para a formatação de tais estratégias elementos como a nova portaria que inclui adolescentes na modalidade acolhimento em CT, a criminalização cada vez maior do uso abusivo de drogas, a volta do modelo hospitalocêntrico e o desfinanciamento da saúde mental.	X		
5	Intensificação de ações em defesa da redução da jornada de trabalho para 30 horas (Lei 12.317/10), sem redução salarial, e regulamentação do piso salarial para o conjunto da categoria;	Intensificação de ações políticas em defesa da redução da jornada de trabalho para 30 horas (Lei 12.317/10), sem redução salarial, e regulamentação do piso salarial para o conjunto da categoria.			x
6	Fomento à realização de concurso público nos municípios e na esfera estadual, contemplando os diversos campos sócio ocupacionais;	Fomento à realização de concurso público e convocação dos concursos já realizados nos municípios e na esfera estadual, contemplando os diversos campos sócio ocupacionais		x	
7	Aprimorar a edição do “Ser Assistente Social” para a divulgação de atuações emergentes, áreas consolidadas de atuação, relevância pública da profissão e dos serviços públicos, práticas exitosas, em temas que fortaleçam a cultura do respeito aos direitos humanos, com difusão de valores éticopolíticos, projetos com impacto social e político, peculiaridades, novas estratégias de atuação;	Sem alteração			x
8	Implantação de novas ferramentas e estratégias de promoção da imagem da profissão na sociedade, considerando competências e atribuições, contribuições da categoria na proteção aos direitos humanos, prevenção de violações, atividades de relevância social;	Sem alteração		x	
9	Acolher as/os profissionais estrangeiras, seguindo o que prevê a legislação do conjunto CFESS/CRESS no que se refere a legitimidade da atuação no Brasil, atentos à diversidade e à solidariedade que nutre os nossos laços.	Disseminar as informações para regularização da inscrição e acolhida aos/às profissionais estrangeiras/os, seguindo o que prevê a legislação do conjunto CFESS/CRESS no que se refere a legitimidade da atuação no Brasil, atentos à diversidade e à solidariedade que nutre os nossos laços.		x	
10	Identificar as profissionais estrangeiras em atuação no estado e promover ações específicas para a sua inclusão nas atividades do conselho, bem como promover trocas de experiência entre nossas bases profissionais e as bagagens trazidas por essas profissionais, proporcionando outras ferramentas de trabalho que possam qualificar a nossa atuação.	Identificar as/os profissionais estrangeiras em atuação no estado e promover ações específicas para a sua regularização e inclusão nas atividades do conselho, bem como promover trocas de experiência entre nossas bases profissionais e as bagagens trazidas por essas profissionais, proporcionando outras ferramentas de trabalho que possam qualificar a nossa atuação		x	
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>					
Não teve					

**EIXO 2**

# Formação Profissional de Qualidade

**Realizado no dia 30/07/2020, das 18h às 21h.**

**Condução do Eixo:** Cristiane Souza (CRESS) e José Lucas Januário Menezes (CRESS)

**Mediação das discussões no Chat:** Monica Gomes (Seccional Cascavel)

**Relatoria:** Marcelo Nascimento (CRESS) e Bruna (Agente Fiscal do CRESS/PR)

## ABERTURA

Após saudações aos participantes presentes, a conselheira Cristiane Gonçalves de Souza sugeriu o aguardo de dez minutos, sendo aprovado pelos participantes presentes, com a sugestão de apresentação dos participantes através do Chat. Às 18h e 10 minutos, Cristiane retomou a apresentação informando aos presentes acerca dos responsáveis pela relatoria: conselheiro Marcelo Nascimento de Oliveira e Agente Fiscal Bruna Viana; Coordenadora da Seccional de Cascavel Mônica; e, Conselheiro José Lucas Januário Menezes, no apoio à condução do Eixo.

Inicialmente, Cristiane teceu uma breve análise de conjuntura do cenário brasileiro diante da Pandemia de infecção humana provocada pelo novo Coronavírus (Covid19), relacionando a formação profissional, com ênfase para precarização do ensino, o ensino na modalidade remota e o aligeiramento da profissão. Destacou os desafios e ações da Gestão Unidade na Resistência, Ousadia na Luta, junto a Comissão de Trabalho e Formação Profissional do CRESS-PR, elencando os objetivos da Carta Programa da Gestão, que se consubstanciaram nas 08 (oito) propostas elencadas para o eixo.

Destacou os objetivos do Encontro Estadual ressaltando os desafios do Eixo da Trabalho e Formação Profissional, principalmente, no contexto do Paraná, de modo que as propostas tiradas serão implementadas através de projetos e ações pelo Conselho. Após a contextualização, Cristiane indagou se os participantes estavam de acordo com a gravação da reunião, a qual aprovada teve início às 18h:25min. Neste momento ocorreu suspensão do áudio da coordenadora do Eixo, conselheira Cristine. Às 18h:30min. Conselheiro Lucas teceu justificativas prováveis do problema técnico, destacando o processo de construção das propostas e o objetivo delas junto ao Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Destacou a importância das ações da Comissão de Trabalho e Formação Profissional, bem como as ações coletivas junto à ABEPSS e Enesso e a articulação das Comissões junto aos demais Conselhos que Compõem à Região Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, salientando a importância das ações coletivas. 18h:33min.

Conselheira Cristiane retornou áudio e solicitando ao conselheiro Lucas para compartilhar

a tela de apresentação. Às 18h:36min. foi retomada apresentação. Cristiane destacou na sequência o esforço coletivo da Comissão e a relação orgânica entre trabalho e formação, destacando os desafios para se pensar ações a partir das propostas elencadas e teceu a leitura do Eixo 02: “O eixo Formação Profissional de Qualidade está balizado pelo compromisso ético com o aprimoramento intelectual continuado e pela compreensão da necessária atuação propositiva do CRESS na relação com Unidades Formadoras, e entidades com atuação no estado e região, particularmente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

A qualidade dos serviços profissionais prestados à população usuária depende da qualidade na formação profissional. Daí a importância de intensificar ações estratégicas na relação com as Unidades Formadoras. Neste sentido, é preciso aproximar a formação do exercício profissional, incidir, de modo propositivo, nos projetos político-pedagógicos, sinalizando as demandas e especificidades dos espaços sócio ocupacionais, conteúdos de especializações, desenvolvimento de atribuições privativas, como a Supervisão de Estágio e orientação social em matéria de Serviço Social”.

Após primeiro momento, a condutora do eixo fez a leitura geral das propostas e destacou a importância de se elencar as três prioridades 03 (três) prioridades conforme os anos: 2021, 2022 e 2023.

## **DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS**

Após apresentação das propostas iniciais, foi acordada a forma de participação, com intervenções de até três minutos, por inscritos através do chat. Esther Lemos, representante da ABEPSS indagou de se a Comissão de Trabalho e Formação Profissional teria propostas nova e sugeriu se neste caso não poderia apresenta-las para que fosse discutido.

Na sequência, ocorreram as inscrições, inicialmente com questionamento da redação das propostas. A primeira inscrita sugeriu complementação da proposta 7, quanto à realização de oficinas, para dar destaque quando se trata do debate de Fundamentos do Serviço Social para fazer intercessão com a discussão de gênero e raça, repensando os conteúdos das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e Formação Sócio Histórica.

Na sequência, participante A., questionou a proposta 01, destacando que o termo inicial estava indefinido, para se dar conta do objetivo do monitoramento, já que existe uma relação estabelecida entre ABEPSS e ENESSO, indaga qual o ponto de análise. Conselheiro Lucas Menezes dialoga com a proposta da Esther Lemos e sugere encaminhamento, considerando indagação das propostas da Comissão de Trabalho e Formação Profissional, sinalizando que as propostas novas serão construída enquanto CRESS-PR a partir das discussões do eixo e do elencar das propostas apresentada enquanto necessidade de estabelecimento de prioridades. Sugeriu ainda que em não se tendo uma resposta pronta, o objetivo seria a leitura detalhada das propostas, para que neste detalhamento ocorressem as intervenções.

Marcelo Oliveira trouxe concordância com a proposta de Lucas, fazendo destaque a este formato que é inédito no Conjunto, ou seja, de forma virtual, considerando que os encontros anteriores ocorreram presencialmente e, neste formato, se debatiam as propostas, fazendo



intervenções de defesa, adequações e posteriormente se debatiam as indicações de novas propostas, expressando o desafio que compete aos presentes. Na sequência conselheira Ilda Witiuk destaca que não seria preciso se preocupar com redação de propostas, tendo em vista que haverá uma redação final, logo seria importante aqui levantar o que falta na proposta e a relatoria encaminha as correções. Após definição e concordância em relação a metodologia.

### **Proposta 1**

Participante E. destaca concordância com conselheira Ilda e, conforme Amanda, ressaltou a importância de contribuições com a redação, sugerindo alteração da redação da questão 1. Participantes em sua maioria manifestaram concordância. A reflexão girou em torno da importância da proposta e sua relação com as ações ao longo do triênio, mas, com objetividade definida na redação da proposta. Participante I. fez um destaque após a adequação, explicitando que as diversas comissões pensam projeto e estes são enquadrados em ação, logo as propostas de forma ampliada são implementadas através de projetos.

### **Proposta 2**

Nesta proposta, após reflexões acerca da importância de realização do CPAS, o qual ocorre de forma programática a cada três anos, houve destaque que a realização do CPAS de 2019 era para ter sido realizada em 2018, mas, que diante de imprevistos foi reprogramado para 2019. Participante I. teceu preocupações e ressaltou o momento de Pandemia para se realizar um encontro presencial com participação de muitas pessoas. Participante E. também expressou esta preocupação de realização da proposta em 2022, lembrando que como foi cancelado o ENPESS previsto para 2020, seria importante aguardar o CFESS remarcar o CBAS que ocorreria em 2022, para daí agendar um ano antes a realização do 8º CPAS.

### **Proposta 3**

Ilda se inscreveu e levantou questão relacionada ao número de processos éticos existentes no CRESS/PR, relacionando a formação profissional, em cursos que não constam a disciplina de ética no Projeto Político Pedagógico do Curso, destacando ainda a formação enquanto um desafio a ser pensado. Neste sentido participante três participantes fizeram manifestações com sugestão de alteração da proposta, havendo manifestações em concordância. Participante M ressaltou que o CRESS já tem realizado, a exemplo dos Grupos de Trabalho: Residência e Estágio Supervisionado, com participação de Agentes Fiscais, considerando interface entre a COFI e a Comissão de Formação.

Participante B. destacou que a redação original realmente deixa margens para interpretação com ações que não competem ao CRESS, devendo-se manter na proposta a especificidade do papel do CRESS na Formação Profissional, de modo que a ação não recaia a incidência ao CRESS fiscalizar projetos pedagógicos de UFAS. Participante E. destaca que ao invés de se criar outra proposta, seria importante incluir o desdobramento de uma ação mais geral contemplando a qualificação dos projetos pedagógicos, mas, refletindo com o coletivo. Participante I. indaga participante B. se a inquietação acerca da ética compete ao CRESS. Em resposta, participante

sugeriu que o indicativo da proposta não compete ao CRESS, tendo em vista que fiscalizar projeto pedagógico não é atribuição do Conselho.

Participante S. corroborou que a questão ética possa estar contemplada na 07, mas, que necessita explicitação de questões acerca das prerrogativas do CRESS, principalmente, no que tange ao Estágio. Participante M. contribuiu com sua reflexão destacando a sinalização importante do papel do CRESS junto às UFAS, através do Cadastro dos Campos de Estágio já realizado pelo CRESS, sugerindo a adequação da proposta.

#### **Proposta 4**

Participante E. destacou que a proposição em destaque vem de longo prazo, considerando ação fundamental, tendo em vista que a precarização é uma perspectiva futura, entendendo a ação como permanente. A condução do Eixo indagou sobre manifestações dos participantes, também sinalizando que entende a proposta como ação permanente, tendo em vista que o panorama atual de pandemia muitas vezes é utilizado como pano de fundo para perpetuar a precarização enquanto uma nova lógica.

Participante E. em nova intervenção destacou que há indagação de muitas pessoas acerca da ação do CRESS acerca da formação, sinalizando que isto ocorre na medida em que a formação repercute na profissão, entendendo que Serviço Social enquanto unidade trabalho e formação não se dissociam, logo a proposta é legítima, dado impacto no Estágio e, posteriormente, na intervenção profissional. Ilda destaca que atuando no Sindicato de Universidades privadas percebe o ambiente propício para transformação de cursos, revertendo do remoto para modalidade EAD.

#### **Proposta 5**

Participante E. destacou o desconhecimento da ocorrência no CRESS-PR acerca de cursos de extensão aproveitados como graduação em Serviço Social. Ressaltou que esta situação é forte na região nordeste e sugeriu a leitura de uma Nota nacional publicada pelo CFESS. Participante B. destacou que houve contribuição do CRESS-PR com um Grupo de Trabalho do CFESS, onde não se identificou no Paraná esta realidade, referente cursos de extensão por Unidades de Ensino e aproveitados como graduação, sugerindo a supressão, mas, teceu que pode ser a realidade de outros CRESS no Brasil. A condutora do eixo, deu encaminhamento da proposta sugerindo supressão. Após manifestação no Chat, foi suprimida a proposta.

#### **Proposta 6**

As manifestações iniciais indicaram que o conteúdo da proposta estava genérico. Participante I. destaca que para aprimoramento do planejamento deveria se haver propostas mais ampliadas, mas entende a proposta como prática cotidiana de aproximação aos profissionais deve ser avaliada, pois, compreende que não é proximidade que garante qualidade da participação. Teceu ainda a prioridade de escolhas para aproximação com os espaços, dando como exemplo o Curso Ética em Movimento, sinalizando a defesa da autonomia crítica do CRESS. Participante S. destacou que se trata de uma ação contínua, mas, entende como importante no sentido de aproximação e contato com profissionais, não apenas os recém formados, buscando ampliação de participação

profissional nas ações do Conselho.

Participante E. destacou que é preciso pensar esta aproximação relacionada a todas unidades de ensino, concordando que a redação requer complemento. Participante B. a disposição da proposta, entendendo que seja preciso contemplar as várias ações, mas, destacando que a formação está diretamente ligada a formação permanente.

Participante A. questionou a proposta em relação as falas, destacou que muito se fala das proximidades dos CRESS com os profissionais em todas as modalidades de ensino, concordando, mas, não entendendo que os Cursos do Ética em Movimento, conforme destacado pela participante B. só podem ocorrer em universidade presencial e indaga se não fica destoante esta aproximação ao mesmo tempo que não acolhe.

Em debate, participante I. destacou que na defesa do curso presencial e de qualidade, para realizar o Curso Ética em Movimento são definidas prioridades com relação ao espaço, primeiro se escolhe um espaço público, em consonância com aquilo que a gente defende, graduando primeiro o espaço de livre acesso e que permite aproximação da categoria em defesa do Projeto Ético Político. Neste momento, participante M. chama atenção ao horário de 20h e 12min., tendo em vista necessidade de objetivação do debate e avaliação das proposições com adequação.

### **Proposta 7**

Debate inicial da proposta se concentrou na necessidade de inserção da discussão de Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social.

### **Proposta 08**

Após discussão breve, participante S. sugeriu incluir nas ações dos Encontros Estaduais do CRESS-PR, o convite às Universidades dos Países vizinhos e fronteiriços. Mas a proposta permaneceu com sugestão de manutenção.

Após aprovadas alterações e elencadas prioridades, a condução do eixo retomou a discussão para definição das prioridades novas e indicação da realização. Participante E. sugeriu a seguinte proposta: “Desenvolver ações de educação permanente sobre educação para a igualdade étnico-racial com ênfase no combate ao racismo institucional, destinado aos profissionais inseridos nos espaços sócioocupacionais no âmbito de todas as políticas sociais.

Em debate a participante A. sugeriu também uma nova proposta: “Realização de ações de enfrentamento contra o preconceito e discriminação com os(as) alunos(as) em formação e os/as profissionais formados/as pelo EaD”. Destacou que estudantes e profissionais, nos diversos espaços sofrem ataques por serem do Ensino à Distância. Participante M. destacou de que já se tem propostas no planejamento do CRESS-PR na Comissão de Trabalho e Formação, considerando a contribuição da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) considerando a importância do debate da luta antirracista. Neste sentido a proposta da participante E. colaborou com o desenvolvimento de ações, permitindo interlocução entre entidades de forma ampliada, destacando que a proposta da participante A. já traz uma denúncia que precisava ser considerada. Destacou que a luta das entidades do Conjunto CFESS/CRESS não é contra o estudante ou



profissional do ensino a distância, mas contra a precarização do ensino que rebate nas diferentes modalidades de formação.

Em manifestação pelo Chat e em destaques houve concordância dos participantes com esta reflexão. Por sua vez, participante A. destacou que poderia enumerar diversos pontos em relação a precarização no ensino a distância, mas, destacou que fragilidades existem tanto no presencial quanto na modalidade à distância e, ressaltou que não é contra CFESS/CRESS e ABEPSS, mas, acredita que da mesma forma que se dá ênfase a outras ações como ações de combate ao racismo, entende que os profissionais e alunos do ensino a distância são violentados, devido aos preconceitos que sofrem. Participantes inscritos manifestaram que a proposta já estava contemplada em outras propostas, dado que quando se destaca todas as modalidades de ensino, nisto já se inclui a modalidade a distância.

Após o intenso debate em torno desta proposta referente ao preconceito com o ensino à distância, participante M. sugeriu a votação das propostas através de manifestações. A participante A. voltou a defender a proposta, entendendo que não se sentia contemplada, ressaltou que da mesma forma que o CRESS, CFESS e ABEPSS enfatizam ações de combate ao racismo deveriam dar a mesma ênfase no combate ao preconceito contra o ensino à distância, mas, entende que sua proposta não será aprovada, afirmando que é a única a fazer defesa desta proposta. Na sequência Cristiane retomou os indicativos de submissão das propostas para apreciação e votação. Participante A. retirou a proposta, tecendo considerações de resistência do Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS em relação ao ensino à distância.

## RESULTADO

Nº	EIXO 2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE	ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO / NOVA REDAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO		
			2021	2022	2023
Limites de propostas			3	3	2
TOTAL			4	4	2
1	Fortalecimento da atuação conjunta e programática com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Região Sul) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social -ENESSO, visando a formação de qualidade e fortalecimento do projeto ético-político;	Realizar ações conjuntas e programáticas com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Região Sul) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social -ENESSO, visando a formação de qualidade e fortalecimento do projeto ético-político	x		
2	Realização do 8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, garantindo sua descentralização, valores acessíveis, envolvimento das demais entidades da categoria e Unidades de Ensino, valorização da produção científica no Paraná e socialização de experiências;	Sem alteração			x

3	Desenvolvimento de ações estratégicas de monitoramento e orientação nas Unidades de Ensino. Considerando as prerrogativas do CRESS, de modo a incidir na qualificação de projetos pedagógicos, considerando as requisições e demandas do exercício profissional;	Desenvolvimento de ações de cadastro, monitoramento e orientação das Unidades de ensino no tocante ao estágio supervisionado, de modo a incidir na qualificação dos projetos político-pedagógicos, considerando as requisições, demandas e competências no exercício profissional, tendo em vista as prerrogativas do CRESS.		x	
4	Eixo Formação Profissional do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS. Deliberação nº 04 “Ações de enfrentamento à precarização do ensino de graduação em serviço social nas modalidades presencial e à distância, tendo em vista as repercussões para a profissão.”	Sem alteração	x		
5	Eixo Formação Profissional do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS. Deliberação nº 05 “Combater os cursos de extensão e/ou livres que são ilegalmente ofertados ou aproveitados como graduação em serviço social.”	Suprimir			
6	Estabelecer proximidade entre o CRESS e os profissionais formados em todas as modalidades de ensino, com vistas ao fortalecimento do projeto ético-político profissional, mantendo a autonomia crítica sobre os processos de precarização do ensino;	Propor ações de educação permanente com vistas a estabelecer proximidade entre o CRESS e os/as profissionais formados/as em todas as modalidades de ensino, com vistas ao fortalecimento do PEP, mantendo a autonomia crítica do conjunto CFESS/CRESS sobre os processos de precarização do ensino		x	
7	Realização de oficinas e outras atividades que debatam temas pertinentes à formação profissional, a exemplo do estágio supervisionado, com metodologia que promova a participação efetiva das/dos profissionais envolvidos/as, estudantes e residentes: Compreendendo a supervisão de estágio como parte constitutiva do processo de formação profissional, vislumbra-se ampliar, em parceria com a ABEPSS, os encontros entre os agentes envolvidos no referido processo, realizando a interlocução entre as Instituições de Ensino/ Unidades Formadoras;	Realização de oficinas e outras atividades que debatam temas pertinentes à formação profissional, sobre estágio supervisionado, ÉTICA PROFISSIONAL E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS e TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL com metodologia que promova a participação efetiva das/dos profissionais envolvidos/as, estudantes e residentes: Compreendendo a supervisão de estágio como parte constitutiva do processo de formação profissional, vislumbra-se ampliar, em parceria com a ABEPSS, os encontros entre os agentes envolvidos no referido processo, realizando a interlocução entre as Instituições de Ensino/ Unidades Formadoras	x		

8	Debater a atuação profissional nas políticas sociais em regiões de fronteira. No Paraná, temos as fronteiras com o Paraguai e com a Argentina, que possibilitam, a partir dessa proximidade física, o esforço de maior integração latino-americana para a compreensão dos problemas comuns, desde as questões dos povos tradicionais, até os problemas dos grandes centros.	Sem alteração		x	
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>					
1	Desenvolver ações de educação permanente sobre educação para a igualdade étnico-racial com ênfase no combate ao racismo institucional destinado aos profissionais inseridos nos espaços sociocupacionais no âmbito de todas as políticas sociais;	x			
2	Dar continuidade à articulação com a ABEPSS na realização do projeto ABEPSS Itinerante.		x		
3	Dar continuidade na implementação do Fórum Estadual de Formação Profissional em articulação com o Fórum Regional e Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com qualidade em Serviço Social.			x	

**EIXO 3**

# Defesa das Políticas Sociais e da Seguridade Social

**Realizado no dia 30/07/2020, das 18h às 21h.**

**Condução do Eixo:** Márcia Lopes (CRESS) e Rosangela Andreato (CRESS)

**Mediação das discussões no Chat:** Karin Albini (CT Assistência Social)

**Relatoria:** Christiani Bortoloto Lopes (Seccional) e Márcia Terezinha de Oliveira (COFI).

**Apoio:** Denise Colin (CRESS) e Jackson (CRESS)

## ABERTURA

O respectivo Eixo, iniciou as 18:00 horas contando com a participação de cerca de 80 profissionais. Rosangela Andreato inicia os trabalhos, colocando sobre a construção histórica categoria profissional, sua organização política, sua ampliação na participação políticas pela luta de uma nova sociedade, onde os assistentes sociais se tornam atores imprescindíveis para fortalecer a democracia e a liberdade.

Esclarece o desafio da realização de um Encontro Estadual dessa natureza de forma virtual no cenário da atual Pandemia, enaltece que a nossa categoria é de luta e que este espaço foi organizado no contexto do processo de planejamento 2020 do conjunto CFESS/CRESS, possibilitando a participação de aproximadamente 800 profissionais.

Ainda em sua fala Rosangela esclarece que essa etapa do Planejamento é de caráter consultivo e deliberativo, e que serão discutidas também nos encontros Regional e Nacional do conjunto Cress/Cress, para a agenda política do próximo triênio. Informa que o Encontro Descentralizado da Região Sul está previsto para ocorrer entre os dias 26 a 28 de agosto, sendo organizado pelo CRESS-SC. Esclarece sobre a etapa Estadual do CRESS-PR Paraná, a qual indica a definição de prioridades de ações para o triênio 2021-2023.

Informa que que o conjunto CRESS/CRESS sempre possibilitou a participação trata-se de um Conselho que tem outro modo de atuar. Sobre as ações a serem discutidas, estas foram extraídas da Carta Programa da Gestão “Unidade na Resistência, Ousadia na Luta” (2020-2023), articuladas com as propostas do 48º relatório do Conjunto CFESS/CRESS, que incide no indicativo de recomendações para a agenda política do conjunto.

Em seguida a palavra foi passada para Marcia Lopes para a condução do eixo, inicia sua fala mencionando o número de profissionais inscritos no CRESS-PR de aproximadamente 13.000 e



de ativo 8.000, comenta da importância de considerar a realidade de cada município, apesar do contexto da pandemia e de isolamento social, esse momento significa muito para a categoria estar reunida no encontro Estadual e compreender os impactos das expressões da questão social no funcionamento de cada cidade, no país e continente considerando o forte avanço do ultraliberalismo e do fascismo, com suas determinações e com os rebatimentos para a categoria do Serviço Social.

A mesa da tarde foi assertiva nas exposições, sendo que vivemos as mesmas contradições dos nossos usuários, visto que somos trabalhadores/as. O nosso eixo de discussão concentra um número significativo de profissionais que atuam no campo da seguridade social, e que tem uma complexidade quando pensamos nos mundos da previdência, saúde e assistência social.

Informa que temos um acúmulo de estudos e pesquisas tanto da Graduação como da Pós Graduação e que esses estudos aprofundam o modo de vida da população, em torno da questão social, onde existe uma correlação de forças muito forte, trata-se da luta de classe, e temos que falar disso no nosso cotidiano.

Ainda destaca que a Ementa do Eixo Defesa das Políticas Sociais e da Seguridade Social traz a marca da conjuntura com desmonte das políticas transversais cita a EC-95 com desfinanciamento das políticas. Revela ainda que tipo de concepção de Seguridade Social que assumimos na carta de Maceió é de uma Seguridade Social Pública: É possível! Onde a defesa da seguridade faz parte da agenda do conjunto CFESS/CRESS, balizada no projeto ético-político profissional do Serviço Social. Hoje, diante da investida do grande capital especulativo, insistimos entre os segmentos dos trabalhadores que mantém a sua defesa.

Foi elencado a definição de prioridades que tem relação com os eixos da Carta Programa da Gestão “Unidade na Resistência, Ousadia na Luta” (2020-2023), articuladas com as propostas do 48º relatório do Conjunto CFESS/CRESS, que incide no indicativo de recomendações para a agenda política do conjunto. E ainda Rosângela orienta sobre a pesquisa de mapeamento sobre as condições éticas e técnicas do trabalho do assistente social, onde tem-se um link para acionar e responder, a intenção é ter estes dados até sábado para um panorama inicial.

Realizada a leitura da contextualização do Eixo Defesa das Políticas Sociais e da Seguridade Social, abriu-se para as discussões e debates dos participantes, sendo, tivemos as seguintes contribuições por fala.

## **DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS**

O participante Elias colocou que já conhecia a metodologia, saliente que tem-se propostas muito vinculadas uma a outra, resgata a falas da mesa da tarde, colocar que para fortalecer a lutas dos trabalhadores e de fortalecimento das políticas sociais, as propostas 1,2,3 e 5 estão para 2021 e uma das propostas que indicaria a proposta 4 para 2022. Ainda temos sérios problemas de nossas representações nos conselhos gestores e outras instâncias, visto a fragilidades destas representações.

A participante Tatiane colocou que proposta 08 dará muito trabalho, no entanto isso exige um folego que demande muito tempo, por isto priorizar a educação básica, trazer já para o início

da gestão no sentido de operacionalizar a legislação, descrever as atribuições dos profissionais nesse campo. Por isso 2021.

A participante Márcia Pastore, colocou que as propostas 01, 05, 07 e 08 para 2021 considerando o cenário atual.

A participante Alana que participa do CEAS, e colocou que neste momento considera que 1, 2, 4 e 5 para 2021. E para 2022 fica a 3, 6 e 8, justificou pelo desmonte do financiamento nestas políticas sociais. 2023 as propostas 07 e 09.

A participante Renária solicitou esclarecimentos sobre as propostas e como organizar as prioridades, o que Márcia Lopes esclareceu.

A participante Jennifer sugeriu que a proposta 03 é urgente para 2021 e deve ser incluída com a renda mínima na proposta 06, o que Denise Colin apoiou e escreveu no Chat, para revisão da proposta 6: Ampliação da cobertura e do valor do benefício do Programa Bolsa Família, Instituição, e defesa da vinculação do Benefício de Prestação Continuada e dos Benefícios Previdenciários ao salário mínimo. O participante Elias colocou que fecha com Márcia Pastore, e que tem que aprofundar a incidência política no âmbito municipal.

Algumas participantes colocaram Sandra: 2, 5, 7 e 8 para 2021, Denise: 5, 7 8 e 2 para 2021 Renária: Para 2021 1, 2, 7, para 2022 5, 3 6 48 e 2023: 09 juntaria com a 2 que fala do financiamento público.

A coordenadora Márcia aproveita e coloca que o Fundo Nacional de Assistência Social está vinculado a gestão do Gabinete do Ministério da área, também esclareceu que as propostas novas podem ser absorvidas pelo CRESSPR.

A participante Renária resgata a atuação do GT da Educação nacional, que havia elaborado as ações e parâmetros do Serviço Social na Educação. E hoje com a aprovação da nova Lei do SS e da Psicologia para atuarem na Educação Básica, sendo que hoje não se tem acúmulo dessa discussão, propõe que seja organizado um novo GT para estudos e trabalhos nessa temática. Preocupada com o desconhecimento de profissionais de educação sobre a Seguridade Ampliada, propõe aprofundar esta discussão para melhor visibilidade e compreensão, visando sua materialidade.

O participante Elias salienta que essas propostas, eram para um outro cenário de como as políticas sociais estavam organizadas, e que hoje tudo mudou de modo muito rápido. Na área da educação requer fazer a incidência política com os conselhos de educação e fórum, mapeamento do Estado de como está a atuação do SS na educação. Se preocupa com as limitações impostas aos municípios que estão impedidos de fazerem novos gastos públicos, se é o momento.

A Conselheira Jucimeri reforça as recomendações do CFESS, que a ideia dessas propostas é verificar se dão conta da conjuntura, a proposta de renda emergencial muito necessária a sua permanência. Reforça de colocarmos a proposta do campo da Educação e acompanhar a agenda do conjunto CFESS/CRESS. Será levada para o encontro essa proposta da Educação e que pode ser assumida pelo estado.

A Conselheira Márcia informa que renda Brasil, apresenta um risco que pode eliminar o auxílio desemprego, alterar o BPC, visto que o Congresso intensifica essa discussão, e estes debates são submetidos a conjuntura. A Conselheira Rosângela agradece as contribuições do Elias e da Renária no campo da Educação, que foram muito importantes, e que foi esclarecedora a

colocação da Juciméri no sentido que o CRESS PR pode assumir.

A participante Renária retoma a proposta da Educação, concordando com as colocações do Elias e da Juciméri. Informa sobre um artigo da área de Psicologia que foi estudado pela CT de Educação, que o maior desafio é a operacionalização da legislação, da questão orçamentaria visto que alguns gestores tem discutido que estes recursos devem ter origem nas próprias pastas específicas como saúde, educação e outras, a Conselheira Rosangela sugere que pode ocorrer uma articulação entre os Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia.

O Conselheiro Elias reforça a necessidade de levantar as demandas na área da Educação, pode ser pelos NUCRESS e outras instâncias, e outra estratégia é a articulação que transita pelos conselhos da assistência social, da educação e outros. E acionar um diálogo com os dirigentes municipais.

A participante Ana coloca que a LDB reforça o papel do professor do pedagogo, e de outros profissionais não, por tanto a necessidade de uma articulação como os profissionais que estão na Educação, para que tenham uma compreensão das atribuições do assistente social, e que talvez possuam maior clareza do papel da Psicologia.

A Conselheira Márcia relembra das ações interdisciplinares na área de Educação, considera relevante retomar esse debate, não só pela CT de Educação, mais possibilitar mais abrangência entre diferentes equipamentos sociais e profissionais. E existe disputas no Conselho Nacional de Educação. Lembrou da discussão das 30 horas quando estava no Ministério, que precisou de muito trabalho nas casas legislativas. Coloca como está a articulação com as câmaras de vereadores e a Assembleia Legislativa. Verificar como está a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Ainda a Conselheira Márcia retoma a proposta da Denise sobre a Renda Brasil, que ameaça outros benefícios e auxílios sociais na área de assistência social e trabalho. Importante essa renda estar vinculada a assistência social e com média de pelo menos 600,00, e que o Bolsa Família se torna então uma renda básica vinculado ao SUAS.

### **No Chat tivemos ainda as seguintes contribuições:**

Participante Jennifer: Achei muito interessante e urgente a proposta 3 - de ampliação dos canais de denúncia sobre consequências da privatização, precarização das políticas públicas (acredito que tenha que entrar para o planejamento de 2021). Ainda, como proposta, sugiro que a defesa da renda mínima seja incluída (ou como nova proposta, ou como complemento de proposta já existente).

Participante: Diego Eduardo: Excelente Jennifer! A inclusão da transferência de renda pode ser acrescentada na proposta 6, junto aos benefícios socioassistenciais.

Participante Elias: concordo Jennifer

Conselheira Denise Colin: nova redação para proposta 6: Ampliação da cobertura e do valor do benefício do Programa Bolsa Família, Instituição, e defesa da vinculação do Benefício de Prestação Continuada e dos Benefícios Previdenciários ao salário mínimo, outra juntar as de número 1 e 9; 2 e 6, acrescentando a transferência de renda na 6.

Participante Andressa: pensando no que a Marcia acabou de falar sugiro a priorização das

seguintes propostas para o próximo ano: 1, 3 e 9 e a proposta da colega Jennifer

Participante Roges sezoski: Elias, a gente pensou na retomada do GT Nacional para incidir politicamente e também acumular quanto as competências e atribuições na educação básica. Já que o material subsidios na educação tem como foco a concepção do ss na educação

Participante Elias: Renária, eu entendo justamente isso que vc fala, mas eu compreendo que isso já está contemplado no relatório final da CT Educação, e em várias publicações que se deram posteriormente ao relatório da CT. Por isso eu entendo que não há necessidade de retomar a CT. Outra coisa Renária, é que os subsídios para o SS na educação são as bases para intervenção profissional, para formulação de propostas de trabalho seja em qualquer nível educacional. A tarefa agora é dos CRESS na incidência política junto ao Estado e aos municípios.

Conselheiro Jackson: 2, 7, 8 para 2021

Conselheira Patricia: penso que seria importante 2,5,7,8

Participante Marcia Pastor: Propostas para 2022 = 2, 3 e 6. Para 2023 = 4 e 9

Participante: Patricia Santos: sabemos que o SUAS hoje tem a maior parte de assistentes social atuando, a proposta cinco é importante para dar visibilidade aos serviços existentes na assistência ao novos usuários que estão acessando a politica

A participante Alana, reforça que o governo tem feito um ataque ideologia no desmantelamento do serviço público, e vai ter que mudar a forma como as pessoas vão ver os serviços (porque o desmonte , que pode passar a impressão de baixa capacidade de atendimento poderá ser visualizada como ineficiência das políticas públicas).

Participante Patricia Santos: penso que seria importante 2,5,7,8

Participante: Marcia Pastor Propostas para 2022 = 2, 3 e 6. Para 2023 = 4 e 9

Participante Denise Colin: 2021: 2; 5; 7; 8 para 2022: 1, 3, 6 e para 2023: 4,9

Participante Andressa: 2022: 2, 6 (com a nova redação da Denise) e 8 e para 2023 5 e 7

Participante Francieli Marques: Para 2021: 2,5,7 e 8

Participante Elias: 2021: 2,5,7,8 2022: 1,3,6, 2023:4,9 pronto decisão final diante dos debates

Participante Francieli: Para 2022: 1,3 e 6

Participante: Roges: Para 2021 1, 2, 7 e 8

Participante: JENNIFER para 2021: 3, 5, 6 (incluindo a questão da renda mínima) e 7. 2022: 4, 8 e 2

Participante: Célia Piontkiewicz: 2021 as propostas 1 e 9

Participante Patricia: 2022 ( proposta 1,4,) 2023 (9)

Conselheira Jucimeri coloca que nosso encontro Nacional não será deliberativo. Temos que levar este debate apontando a necessidade de aprofundar o que foi produzido. Temos que pensar ações para o Paraná

Participante Paula Araujo: 2021-2,5,6 e 7; 2022- 1,3 e 8; 2023-4 e 9

Conselheiro Jackson: 2,7, 8,3 2021 1, 5 e 6 - 2022 4 e 9 - 2023

Participante Alana Vanzela: Pra mim a proposta 1 é urgente também, porque todos tem que



ter clareza sobre a defesa, trabalhadores , usuários... enfim todos que defendem direitos sociais.

Participante Flavia Soares: 2,5,7,8 – 2021 e 1,4,6 - 2022

Participante Célia: 2022 5, 6, e 4

Participante Wanderly: desculpe se eu estiver fora do contexto, mas só consegui voltar agora. Tem proposta na área da reforma psiquiátrica. Estamos vendo um retrocesso nessa área e precisamos de estratégia de resistência e enfrentamento, Conselheira Márcia coloca que pode propor como proposta nova.

Conselheira Jucimeri: Ótimo debate e priorização de propostas para a gestão democrática do Cress no Paraná, para nossas lutas coletivas por uma seguridade social ampla, universal, redistributiva e democracia.

Participante Patricia Santos: Gente acredito que Adrielle traz alguma reflexão sobre isso no Doutorado dela, salvo me engano. Lembro na época que houve uma resistência dos professores em aceitar equipes multidisciplinar na área,

Conselheira Márcia Lopes: sugiro Incluir na proposta Denise, ....Bolsa Família como Renda Básica .....

Participante Flavia Soares Como mencionado pelo Elias, estender esse debate junto com os conselhos municipais dos direitos da criança e dos adolescentes, como multiplicadores dessa defesa junto às demais políticas setoriais, como educação, assistência social, saúde, sociedade civil.

Participante Patricia Santos: concordo com Alana que este debate tem que ir para dentro das escolas, os professores precisam compreender a importância da atuação multidisciplinar no atendimento do aluno. Aqui em foz mudou muito esta visão através dos comitês de estudos de casos

Participante Renaria Moura: vejam esta proposta, se pudermos melhorar...

Realizar dialogo com os sujeitos coletivos no âmbito do Paraná – CRP PR, APP Sindicato, colegiados gestores da Educação etc e a categoria, a fim de fortalecer a mobilização para implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, que prever a inclusão de AS e Psicólogos/as na Educação Básica.

Conselheira Rosangela: Nova proposta: Levantamento das atividades de assistente social na educação Básica (nas em todas as esperas). Seminário Regional para apropriar-se das realidades existentes. Articulação com o CRP, a APPSindicato e os conselhos de educação.

Participante Elias de Sousa Oliveira: Renária tem que incluir a lei estadual também ai.. eu não lembro o número.

Participante Ester: no âmbito federal a reforma tributária já possui projeto e vai alterar a lógica do financiamento das políticas. No contexto Estadual voto inicialmente para 2021 4,5,9. As proposições 1, 2 e 6 caminham junto e dependem muito de uma mobilização federal

Participante Flavia Soares: Daria pra incluir os CMDCA também nessa proposta, por favor!

Participante Josefina Diaz: Gostaria de trazer para o debate um espaço sócio ocupacional que quase não tem espaço nos debates, que até mesmo eu antes de atuar na execução penal não questionava hoje atuando com esse público vejo a necessidade de discutir sobre. A atuação

profissional com os encarcerados e egressos do sistema penitenciário.

Participante Denise: nova proposta já arrumada: Consolidar o Programa Bolsa Família como Renda Básica vinculado ao SUAS, com ampliação da cobertura e dos valores dos benefícios.

Participante Renária: se não tiver ninguém aqui da Saúde Mental, se for para ter uma proposta poderíamos reafirmar os princípios e diretrizes defendidas pela Luta Antimanicomial.

Conselheira: Jucimeri: Pode aparecer amanhã em Direitos Humanos, vamos anotar no relatório

Conselheira Denise: Nova Proposta: retomada dos princípios da reforma psiquiátrica, com fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS e ampliação do cofinanciamento público.

Participante Jennifer: Concordo Denise com a proposta Denise, importante lembrar que atualmente há retrocessos importantes nessa área, como o fortalecimento das Comunidades Terapêuticas por exemplo

Participante Elias: Nova Proposta: Realizar diálogo com os sujeitos coletivos no âmbito Estado do Paraná, realizando incidência política a fim de fortalecer a mobilização para implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, e a Lei Estadual XXX que versam sobre a inclusão de AS e Psicólogos/as na Educação Básica, com as seguintes estratégias: 1- Articulação com o CRP/PR, APP Sindicato, CEDCA, Colegiado Estadual de Gestores da Educação UNDIME/PR; 2- Levantamento nos municípios de demandas para atendimento na educação.

Conselheira Denise: Votação dos anos: 2021: renda; 2022: saúde mental; 2023: educação. Apesar de achar que são todas urgentes

Participante Elias: 2- Levantamento nos municípios de demandas para atendimento na educação encaminhadas para Assistentes Sociais de outras políticas públicas; 3- Levantamento das experiências no âmbito dos municípios que contam com a presença de Assistentes Sociais na política de Educação;

4- Realizar a articulação juntos aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos pelo apoio a presença de Assistentes Sociais na Política de Educação; 5- Realização de Seminário Estadual do Serviço Social na Educação, socializando experiências, demandas e ampliação das estratégias de luta no âmbito Estadual.

### **Questionamentos sobre o Formulário para o Mapeamento Profissional**

- No formulário não tem a opção de quem trabalha nos órgãos que integram o Sistema de Justiça e nem a opção outro, o que não permite seguir; a não ser tenha visto de forma equivocada,

- Gente estou tentando preencher o formulário, contudo a questão sobre local que atua não possui universidade. E ela é obrigatória de resposta. Como proceder?

- Sobre trabalho específico seria na comissão de orientação e fiscalização. Caso seja uma demanda sobre a relação entre o sistema de justiça e políticas sociais será amanhã em Direitos Humanos

- Não tem a opção outro, também senti essa dificuldade, não tem sociojurídico, e por não ter, não permite a continuidade do preenchimento.

- Não tem opção outro e assim não permite a continuidade do preenchimento
- Talvez só tirar a obrigatoriedade do campo que aí conseguimos preencher
- A fiscalização está incluindo a possibilidade de outro espaço. Na análise vamos separar.

Mas a ênfase é saúde e assistência social por serem essenciais

- Pessoal O, formulário foi atualizado. Grata pelas contribuições

Preencham e mobilizem demais profissionais

[https://docs.google.com/forms/d/10jtKInnBQ7WML2S8FJX0vbeR0OvPdmBpY7hDiIek5](https://docs.google.com/forms/d/10jtKInnBQ7WML2S8FJX0vbeR0OvPdmBpY7hDiIek5Uw/edit?usp=sharing)

[Uw/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/forms/d/10jtKInnBQ7WML2S8FJX0vbeR0OvPdmBpY7hDiIek5Uw/edit?usp=sharing)

## RESULTADO

Nº	EIXO 3 DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA SEGURIDADE SOCIAL	ANO DE EXECUÇÃO		
		2021	2022	2023
	Limites de propostas	4	3	2
	<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
1	Desenvolvimento de ações que favoreçam a compreensão e defesa da integralidade da Proteção Social na concepção da Seguridade Social ampla, universal e distributiva;		x	
2	Intensificação de ações em defesa do financiamento e dos fundos públicos para as políticas sociais, com fortalecimento dos espaços deliberativos de controle social;	x		
3	Ampliação dos canais de denúncia junto à sociedade sobre as consequências das propostas de privatização e precarização do Sistema Único de Saúde - SUS, do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Previdência Social, e intensificação da incidência política do CRESSPR		x	
4	Intensificação e ampliação da atuação do CRESS e da categoria nos espaços de controle social, fóruns de políticas sociais, com definição de ações conjuntas sobre a garantia dos direitos e implementação de políticas públicas nos municípios;			x
5	Atuação em defesa SUAS, em conjunto com fóruns, entidades e órgãos de defesa de direitos, contra a precarização e desmonte dos serviços, fechamento de equipamentos, desregulamentação e descumprimento dos marcos legais e normativos, por meio da implementação da "Agenda de Lutas" aprovada na Conferência Nacional Democrática;	x		
6	Defesa da vinculação do Benefício de Prestação Continuada e dos Benefícios Previdenciários ao salário mínimo;		x	
7	Intensificação das ações em defesa do Sistema Único de Saúde - SUS como sistema estatal e universal, a partir de princípios como a integralidade da proteção social, e da defesa da qualidade das atenções e da interdisciplinaridade do trabalho, por meio de ações conjuntas com demais organizações e movimentos;	x		
8	Defesa de uma educação pública, universal e de qualidade, e desenvolvimento de ações pela implantação do Serviço Social na educação pública	x		

9	Posicionamento contrário e fortalecimento das lutas contra todas as medidas que fragilizam direitos e políticas sociais, numa ação conjunta com movimentos e organizações da sociedade civil, com ampliação de ações que democratizam espaços de defesa de direitos, orientam a categoria e sociedade sobre os efeitos das políticas neoliberais.			x
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>				
1	Consolidar o Programa Bolsa Família como Renda Básica vinculado ao SUAS, com ampliação da cobertura e dos valores dos benefícios.	x		
2	Realizar diálogo com os sujeitos coletivos no âmbito do Estado do Paraná, realizando incidência política a fim de fortalecer a mobilização para a implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, assim como da Lei Estadual já aprovada anos atrás, que versam sobre a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos/as na Educação Básica, com as seguintes estratégias: 1) Articulação com o CRP/Pr, APP Sindicato, CEDCA, Colegiado Estadual de Gestores da Educação, UNDIME/Pr, 2) Levantamento nos municípios de demandas para atendimento na educação encaminhadas para Assistentes Sociais de outras outras políticas públicas, 3) Levantamento das experiências no âmbito dos municípios que contam com a presença de Assistentes Sociais na política de Educação; 4) Realizar articulação junto aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos pelo apoio na inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação; 5) Realização de Seminário Estadual do Serviço Social na Educação, socializando experiências, demandas e ampliação de estratégias de luta no âmbito Estadual.	x		
3	Defesa dos princípios da reforma psiquiátrica, com a implementação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS e ampliação do cofinanciamento público na perspectiva de garantia de Direitos Humanos.		x	



**EIXO 4****Ética e Direitos Humanos**

**Realizado no dia 31/07/2020, das 09h às 12h.**

**Condução do Eixo:** Jucimeri Isolda (CRESS) e Deby Eidam (CRESS)

**Mediação das discussões no Chat:** Taísa Oliveira (CT Ética e Direitos Humanos)

**Relatoria:** Andreliane Maistrovicz (Seccional Londrina) e Juliana (CT Ética e Direitos Humanos)

**ABERTURA**

Conselheira Jucimeri Isolda Silveira, inicia se apresentando e em seguida abre espaço para que a equipe de trabalho do eixo se apresente, Deby Caroline Eidam, conselheira do conselho fiscal, Taisa Assistente Social da Defensoria Pública, Andreliane mestranda da UEL e da coordenação da seccional de Londrina, Juliana, Assistente Social na cidade de Londrina, da coordenação de seccional de Londrina.

Após a apresentação de todas que contribuirão neste dia, Jucimeri dá sequência aos trabalhos, mas antes agradece a presença de todos e traz uma discussão pertinente da questão da necropolítica, políticas que restringem o acesso de certas populações às condições mínimas de sobrevivência e criam regiões onde a vida é precária e onde a morte é autorizada. Trouxe muito em sua fala a perspectiva decolonial, como materializar os direitos e dar visibilidade, tendo como horizonte a emancipação humana – uma sociedade humanamente igualitária e livre reconhecendo as singularidades, os povos originários, podendo promover educação em direitos humanos numa perspectiva Decolonial.

Jucimeri também nos traz a importância de hoje conseguirmos aprovar as atividades que serão conduzidas pelo CRESS, esse momento é de aprovarmos então essas atividades em âmbito estadual para apresentarmos as propostas ao encontro descentralizado e posteriormente no encontro nacional. Neste momento, será avaliada as propostas da gestão com os indicativos do CFESS e também das seccionais, propostas estas que serão executados no exercício desta gestão triênio 2020/2021/2023. Uma das tarefas é definirmos o período de execução desta atividade dentro do triênio. A intenção é apresentar as propostas que foram extraídas da carta programa, podendo acrescentar três novas propostas. Apresentação das propostas, depois as votações e discussões, e as sugestões de novas propostas.

Jucimeri nos informou novamente o instrumental criado pelo CRESS para atuação e

intervenções acerca das condições éticas e técnicas no contexto da pandemia que já está disponível desde ontem e precisa ser preenchido até o final do dia de hoje, 31/07 para, após ser apresentado na plenária final. Deby segue com a apresentação das propostas.

## **DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS**

### **Proposta 1**

Em discussão coletiva entende-se a necessidade de unificar a proposta 1 e 2, tendo em vista que uma complementa a outra, podendo assim otimizar as ações. Jucimeri sugere a alteração da redação unificada.

### **Proposta 2**

Teve contribuições coletivas também para complementar a redação, entendendo que era necessário indicar o SINASE e o sistema de garantia de direitos. Foi sugerido que o eixo contemplasse proposta que contemplasse o exercício profissional no SINASE, considerando que o último edital da SEJUF – para o departamento de atendimento socioeducativo não ofertou vagas para o serviço social. Se apontou que as igrejas neopentecostais têm ocupado um lugar significativo na dinâmica do atendimento socioeducativo estado.

Frente aos elementos apresentados a demanda foi inserida na proposta 2, bem como indicado que a ação de defesa de realização de concurso público para assistente social do departamento socioeducativo, enquanto garantia de composição das equipes técnicas previstas no SINASE, seja contemplada no plano de ação da COFI. Jucimeri indicou redação.

### **Proposta 3**

Era a questão 4 do doc. original, mas como foi unificado 1 e 2, esta ficou como 3.

### **Proposta 7**

Se registra a sugestão de que a proposta que versa sobre os patronatos também contemple o Conselho da Comunidade. O debate se pautou no acúmulo do conjunto sobre a dinâmica do serviço social nos Conselhos de Comunidades, que historicamente recorre ao trabalho voluntário. Ainda se sinalizou que o CRESS recepciona, recorrentemente, a solicitação de indicação de profissionais para atuação nos Conselhos, contudo já é pacificado na dinâmica institucional a não indicação, considerando o papel fiscalizador do CRESS.

Foi explanado que a LEP prevê a criação dos Conselhos de Comunidade e que, na particularidade estadual, atualmente as comarcas têm remunerado os/as assistentes sociais que atuam nos Conselhos de Comunidade, logo, este tem se configurado como um espaço de trabalho do/a assistente social. Ainda, se defende que o mesmo seja formatado da mesma forma que o Conselho Tutelar e, portanto, legitimado como órgão de defesas de direitos.

Neste cenário a proposta 7 foi alterada de modo a também contemplar o Conselho de Comunidade, bem como se sugere que, dada interlocução com o exercício profissional, que a COFI desenvolva ações de aproximação e debate sobre o exercício profissional nos Conselhos de Comunidade.

### **Proposta 9**

Ocorreu debate para que esta proposta fosse unificada, mas depois decidido coletivamente que eram distintas, e a proposta nove precisava de complemento. Texto Alterado: Fortalecimento de ações contra medidas e políticas segregadoras, proibicionistas e higienistas, como a internação compulsória, especialmente na execução de políticas sobre drogas, assistência social e saúde e no sistema de justiça para segmentos de pessoas em sofrimento psíquico, situação de rua e outros públicos em situação de vulnerabilidade, em conflito ou fragilidade de vínculo sócio-familiar. Essa proposta era a 9 no doc. original, mas com a unificação da 1 e 2, passou a ser a questão 8.

### **Proposta 15**

Foi discutida coletivamente para complementar com arte cultura, educação popular dicionário crítico em direitos humanos.

Durante a apresentação das propostas já foi sendo pensado em questões que não estavam contempladas e que poderiam ser construídas para as novas propostas. Foi sinalizado a necessidade de que a previsão de realização do seminário nacional de direitos humanos compareça como proposta do eixo, considerando a necessidade de previsão orçamentária. Sobre essa questão, o grupo foi informado que no triênio passado, o Seminário Nacional de Assistência Social, só ocorreu em virtude da proposta dos encontros estaduais pactuadas nos encontros descentralizados. Por este fato, a se registra a inclusão de nova proposta “Realizar o III Seminário Estadual de Direitos Humanos, antecedendo o Seminário Nacional de Direitos Humanos, no triênio 2020-2023”, com indicativo que seja prioritário no ano de 2022”.

Discutiu-se também que embora o no triênio 2017-2020 tenham sido realizadas diversas ações vinculadas a pauta das relações desiguais de gênero e violências contra a mulher, inclusive com atividades programadas para o semestre vigente, as reflexões compareceram no sentido de reafirmar a necessidade de continuidade da temática em especial pelo aumento do feminicídio e demais violações aos direitos da mulher, no contexto da pandemia.

Frente ao acúmulo do debate foi incorporada nova proposta para eixo, na perspectiva de ampliação das atividades já realizadas. No debate ainda foi defendida a necessidade de que o eixo contemplasse proposta específica sobre os direitos da pessoa com deficiência e pessoa idosa, considerando que se tratam de sujeitos cujos os direitos são historicamente negligenciados e violados.

## RESULTADO

Nº	EIXO 4 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO / NOVA REDAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO		
			2021	2022	2023
Limites de propostas			7	6	4
TOTAL			8	6	5
1	Ampliação de ações em defesa da concepção crítica e ampliada da transversalidade dos direitos, a partir dos princípios da sua integralidade e indivisibilidade, assim como a universalidade das políticas públicas, com adoção de ações estratégicas que visam a educação em direitos humanos e o fortalecimento de lutas emancipatórias;	Ampliação de ações em defesa da concepção crítica e ampliada da transversalidade dos direitos, a partir dos princípios da sua integralidade e indivisibilidade, assim como a universalidade das políticas públicas, com adoção de ações estratégicas que visam a educação em direitos humanos, defesa do Estado laico e o fortalecimento de lutas emancipatórias, bem como denunciando e se contrapondo a concepção de DH jurídico-formal, que mascara o abismo entre a vida cotidiana e as contradições geradas pela sociabilidade capitalista. (Questão unificada das propostas anteriores 1 e 2)	x		
2	Fazer o debate dos Direitos Humanos, numa perspectiva crítica, denunciando e se contrapondo a concepção de DH jurídico-formal, que mascara o abismo entre a vida cotidiana e as contradições geradas pela sociabilidade capitalista.				
3	Fortalecimento das lutas em defesa das infâncias e juventudes para garantia de direitos e políticas públicas, prevenção de violações e proteção integral, no enfrentamento às violências, trabalho infantil, extermínio da juventude negra, e aos projetos que de redução da maioria penal;	Fortalecimento das lutas em defesa das infâncias e juventudes para garantia de direitos e políticas públicas, do SGD e do SINASE, com ações de prevenção de violações e proteção integral, no enfrentamento às violências, trabalho infantil, extermínio da juventude negra, e aos projetos de redução da maioria penal;	x		
4	Eixo Ética e Direitos Humanos do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS. Deliberação nº 01 “Marcar posicionamento contrário à sistemática prevista na lei 13.431/2017 que altera a lógica do sistema de garantia de direitos humanos da criança e do adolescente e transforma as políticas sociais em instrumentos punitivos, repressivos e de controle da população usuária, em interface com a Cofi.”	Marcar posicionamento contrário à sistemática prevista na lei 13.431/2017 que altera a lógica do sistema de garantia de direitos humanos da criança e do adolescente e transforma as políticas sociais e o sistema de justiça, pela assunção aos assistentes sociais à execução do depoimento especial, frente à lógica de materialização de instrumentos punitivos, repressivos e de controle da população usuária	x		
5	Apoio à luta dos movimentos e organizações de defesa de direitos contra a xenofobia, o racismo, o sexismo, a lgbtobia, e a todas as formas de violência, preconceito e discriminação;	Sem alterações		x	



6	Eixo Ética e Direitos Humanos do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS. Deliberação nº 06 “Combater as expressões do racismo institucional e religioso, considerando as violências e violações de direitos que acometem a juventude negra, mulheres negras, populações quilombolas, indígenas, ciganas, população em situação de rua e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais.”	Sem alterações	x		
7	Manutenção do posicionamento contrário e apoio às lutas contra a discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, intolerância religiosa, idade e condição física, e promoção de debates com a categoria sobre a agenda feminista, com intensificação de ações de combate a violência;	Sem alterações		x	
8	Atuação em defesa dos direitos humanos da população privada de liberdade e egressa do sistema penal, visando a reestruturação do Patronato, aproximação sobre o funcionamento e caráter dos conselhos da comunidade; a realização de concursos públicos e a implantação de políticas públicas estaduais e locais, para o retorno à vida familiar e comunitária, assim como implementar ações de orientação e fortalecimento do Serviço Social no sistema prisional;	Atuação em defesa dos direitos humanos da população privada de liberdade e egressa do sistema penal, visando a reestruturação do Patronato, aproximação sobre o funcionamento e caráter dos conselhos da comunidade; a realização de concursos públicos e a implantação de políticas públicas estaduais e locais, para o retorno à vida familiar e comunitária, assim como implementar ações de orientação e fortalecimento do Serviço Social no sistema prisional.	x		
9	Fortalecimento de ações contramedidas e políticas segregadoras, proibicionistas e higienistas, como a internação compulsória, especialmente na execução de políticas sobre drogas, assistência social e saúde, para pessoas em situação de rua;	Fortalecimento de ações contra medidas e políticas segregadoras, proibicionistas e higienistas, como a internação compulsória, especialmente na execução de políticas sobre drogas, assistência social e saúde e no sistema de justiça para segmentos de pessoas em sofrimento psíquico, situação de rua e outros públicos em situação de vulnerabilidade, em conflito ou fragilidade de vínculo sócio-familiar.	x		
10	Defesa de políticas públicas integradas e universais para população em situação de rua, com fortalecimento da sua organização política e protagonismo;	Sem alterações	x		
11	Ampliação do debate e defesa de políticas públicas para migrantes, refugiados e apátridas;	Sem alterações		x	

12	Ampliação de ações que garantam a visibilidade da luta pela reforma agrária e urbana, e combate às ações que caracterizam o Estado racista e as violências que criminalizam populações e movimentos sociais;	Sem alterações		x	
13	Ampliação do debate e defesa do direito humano à alimentação adequada e implantação de políticas públicas que respeitem a soberania e a cultura das populações, assim como favoreçam a produção solidária e sustentável;	Sem alterações		x	
14	Fortalecimento do debate sobre o direito humano à comunicação, com desenvolvimento de ações conjuntas pela sua democratização;	Sem alterações			x
15	Implantação de ações sistemáticas de educação em direitos humanos sobre temas relacionados à atuação profissional, como campanhas e produção de materiais específicos;	Implantação de ações sistemáticas de educação em direitos humanos sobre temas relacionados à atuação profissional, educação popular e arte cultura; realização de ações como campanhas, produção de materiais específicos e dicionário crítico em direitos humanos;			x
16	Ampliação do Curso Ética em Movimento em todo estado do Paraná;	Sem alterações			x
17	Implantação do projeto “Observatório Trabalho e Direitos Humanos”, com atuação estratégica para identificação de violações de direitos e relações de trabalho, em conjunto com Universidades, movimentos sociais e demais organizações, com o objetivo de produzir relatórios anuais sobre essas violações no estado do Paraná e atuar, de modo estratégico e mediante cooperações institucionais, na defesa de direitos humanos.	Sem alterações	x		
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>					
1	Promover ações em defesa dos direitos humanos e das políticas públicas para pessoas idosas e pessoas com deficiência				x
2	Ampliar ações de combate à desigualdade de gênero e violências, e de defesa dos direitos humanos e das políticas públicas para as mulheres				x
3	Realizar o III Seminário Estadual de DH, antecedendo o Seminário Nacional de Dh, no triênio 2020-2023.			x	

## EIXO 5

# Fortalecimento dos Movimentos Sociais e das Lutas Emancipatórias

**Condução do Eixo:** Ilda Witiuk (CRESS) e Adrieli Volpato (CRESS)

**Mediação das discussões no Chat:** Tatiana Monteiro (Seccional Londrina)

**Relatoria:** Renária Moura (CT Educação) e Vanessa Rocha (Agente Fiscal do CRESS/PR)

## SOBRE A EVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

Os debates que permearam os trabalhos na Oficina Eixo 5 – Fortalecimento dos Movimentos Sociais e das Lutas Emancipatórias foram convergentes e trouxeram um tom de coletivização das lutas.

Dentre as propostas mais debatidas, destaca-se a proposta 3 e a 6, que nas suas redações originais traziam o seguinte texto:

3 - Incentivo a formação de espaço de diálogos e de articulações que contribuam para a construção do poder popular em espaços institucionais (Conferências, Audiências, Fóruns e Conselhos), assim como fomentar a construção de novas práticas e espaços coletivos;

6 - Promover ações unificadas que reforcem a solidariedade de classe em suas várias formas de organização e manifestação.

Sob amplo debate e muitas reflexões críticas, o texto recebeu muitas contribuições importantes, até ser aprovado.

Nova Redação Proposta 3 – Incentivo à formação de espaço de diálogos e de articulação que contribuam para a construção do poder popular via espaços institucionais (conferências, audiências, fóruns e conselhos) e via espaços não institucionais (movimentos populares reivindicatórios da classe trabalhadora), assim como fomentando novas práticas e espaços coletivos.

Nova Redação Proposta 6 - Promover ações do eixo ético-político, que reforcem a solidariedade de classe em suas várias formas de organização e manifestação institucionais e não institucionais, como forma de unificar bandeiras e lutas.

Cabe ressaltar que conforme consta no formulário enviado com as deliberações da oficina, a proposta 1 também sofreu modificações.

Além das 6 propostas previamente definidas, o grupo elaborou as três propostas previstas. As 9 propostas de acordo com a prioridade no triênio (2021, 2022 e 2023), constam no formulário enviado previamente a Comissão Organizadora do Encontro Estadual do CRESS PR.

## DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS

Quanto a necessidade de se fomentar diferentes formas de fortalecimento do poder popular para além dos espaços já consolidados como conferências, audiências públicas e outros. Neste sentido, foi consenso no grupo a inclusão na proposta 3, que demarca posicionamento quanto a legitimidade e protagonismo dos movimentos sociais enquanto representatividade do poder popular – “movimentos populares reivindicatórios da classe trabalhadora, enquanto espaços não institucionalizados”.

Compareceu também nos debates, muitas reflexões críticas acerca da construção de estratégias para se chegar a população que atendemos, a fim de envolvê-las/os na construção do poder popular.

Ainda, debateu-se sobre:

- A necessidade em retomarmos o conceito de controle e os princípios difundidos nos anos 80 da Educação Popular, enquanto um meio para a transformação social;
- Que as Lutas populares protagonizadas pelo campo popular não sejam confundidas com espaços institucionais;
- Que a gestão do CRESS se comprometa em garantir ampla participação da categoria nas reuniões das Câmaras Temáticas, assegurando estrutura para acesso remoto e que as reuniões sejam divulgadas amplamente nos meios de Comunicação do CRESS PR.

## RESULTADO

Nº	EIXO 5 FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS	ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO / NOVA REDAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO		
			2021	2022	2023
	Limites de propostas		2	2	2
	TOTAL		3	3	3
1	Mobilização e fortalecimento da participação da categoria nos NUCRESS e Câmaras Temáticas como espaços privilegiados de diálogo, ações locais/regionais de natureza política e institucional, com apoio do CRESSPR, em defesa da profissão e dos direitos sociais;	Mobilização e fortalecimento da participação da categoria nos NUCRESS e Câmaras Temáticas como espaços privilegiados de diálogo (presenciais e remotos), ações locais/regionais de natureza política e institucional, com apoio do CRESSPR, em defesa da profissão e dos direitos sociais;	x		
2	Defesa do Estado Democrático de Direito e de seus instrumentos e instâncias de participação e controle social, por meio do fortalecimento da atuação do CRESS e da categoria nesses espaços;	Sem alteração		x	

3	Incentivo a formação de espaço de diálogos e de articulações que contribuam para a construção do poder popular em espaços institucionais (Conferências, Audiências, Fóruns e Conselhos), assim como fomentar a construção de novas práticas e espaços coletivos;	Incentivo à formação de espaço de diálogos e de articulação que contribuam para a construção do poder popular via espaços institucionais (conferências, audiências, fóruns e conselhos) e via espaços não institucionais (movimentos populares reivindicatórios da classe trabalhadora), assim como fomentando novas práticas e espaços coletivos.	x		
4	Produção orientações e notas de natureza ético-política para subsidiar a participação da categoria em espaços como conselhos, conferências e fóruns;	Sem alteração		x	
5	Implantação de estratégias de formação política e educação popular, em articulação com organizações e movimentos sociais.	Sem alteração			x
6	Promover ações unificadas que reforcem a solidariedade de classe em suas várias formas de organização e manifestação.	Promover ações do eixo ético-político, que reforcem a solidariedade de classe em suas várias formas de organização e manifestação institucionais e não institucionais, como forma de unificar bandeiras e lutas.			x
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>					
1	Mapear, fortalecer e qualificar a participação dos/as assistentes sociais nas instâncias de controle social, na perspectiva da formação e debate político, crítico, acerca do controle social, bem como construir Estratégias permanentes de mobilização da categoria para o engajamento nas lutas sociais do Paraná, valorizando as realidades locais e territoriais.		x		
2	Estímulo e apoio à estruturação/reestruturação dos fóruns locais (ou regionais) de trabalhadores e usuários das políticas de Seguridade Social.			x	
3	Contribuir com o debate sobre a curricularização da extensão das UFAS, na criação e fortalecimento de programas e projetos que fortaleçam a organização e mobilização política da classe trabalhadora.				x



**EIXO 6**

# **Gestão Democrática e Participativa do CRESSPR**

**Condução do Eixo:** Sandra Mancino (CRESS); Lucas Menezes (CRESS); Liana Bassi (Seccional Londrina)

**Mediação das discussões de Chat:** Ester Traube (Seccional Cascavel)

**Relatoria:** Paloma Xavier e Jaqueline Zuin (Agentes Fiscais do CRESS/PR)

## **ABERTURA**

Liana Bassi inicia a apresentação com a leitura da carta programa desta gestão, a partir da leitura, sinaliza que é preciso refletir no grupo sobre a gestão democrática que se espera no CRESS PR. São apresentadas reflexões sobre o processo democrático do país, bem como, com o PEP do Serviço Social. Salienta a importância da participação da categoria profissional nas instâncias participativas do conjunto CFESS/CRESS. Reflete sobre a importância de refletir sobre o significado da democracia, uma vez que, existe democracia inclusive para projetos neo e/ou ultraliberais. Deste modo, chama atenção sobre a necessidade de refletir sobre o que significa gestão democrática para o CRESS PR. Lembra que ao tratar de democracia, não se refere a democracia burguesa. Neste sentido, aponta que a gestão tem o intuito de ouvir a categoria profissional, para que a representação envolva os sujeitos/categoria, objetivando alcançar uma gestão democrática participativa.

Lucas Menezes relata que integra a comissão de comunicação do CRESS PR e que o Conjunto CFESS/CRESS possui uma política de comunicação que norteia esta ação no âmbito do conjunto. Reflete sobre a importância de discussão sobre a comunicação no conjunto com vistas a democratizar esse processo, na medida em que possamos observar nos canais de comunicação (site, mídias sociais) uma comunicação que atenda as necessidades dos/as assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho, torna-se nosso desafio, construir um canal de comunicação que seja realmente efetivo. A comunicação busca dar protagonismo para o exercício profissional, para a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS PR, apresentar a forma que ocorre a incidência dessa comissão no cotidiano do exercício profissional. Reflete também sobre a linguagem utilizada nos materiais propostos, que imprimam a identidade profissional de assistentes sociais de modo

que também possam ser utilizados pela população de modo geral. Relata que há articulações para fortalecimento da ouvidoria do CRESS PR. E o empenho em garantir a acessibilidade nos meios de comunicação, como as transmissões com tradução em libras. Especialmente em tempos de pandemia, notou-se ainda mais a necessidade de se pensar estratégias efetivas de comunicação, para favorecer a articulação da categoria profissional.

Sandra Mancino aborda a gestão do CRESS PR, destaca que é importante que seja conhecido o que o CRESS faz, de modo que as ações sejam conhecidas da categoria profissional, a gestão tem buscado a transparência na gestão financeira, deste modo, a ideia é aprimorar os mecanismos de transparência.

## **DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS**

Márcia Lopes demonstra a importância deste eixo, observa que o/a profissional, quando tem em si a perspectiva da participação e do compromisso ético político com a democratização, isso também pode se expressar em sua interlocução com o conselho, deste modo, nos cabe esse desafio de buscar os caminhos para essa aproximação.

Durante a fala da Márcia Lopes, Wanderli apresenta 2 reflexões pelo chat: 1)Na sua fala Lucas, foi interessante abordar a questão de fluxos e prazos das informações/comunicação da instituição com seus/ suas usuários/as; 2)Precisamos avançar no aspecto da comunicação popular, de forma que o CRESS possa traduzir as políticas públicas e as eventuais distorções no sentido de fortalecer o exercício profissional, bem como instrumentalizar os segmentos populares para o exercício do controle social.

Márcia reitera que é necessário aprofundar esse aspecto da comunicação, afirma que antes a questão de que o/a profissional não sabia o que o CRESS fazia era mais presente, já pode-se observar alguns avanços, no entanto, ainda existe muito para se avançar. Destaca que o trabalho do CRESS é complexo, são muitas frentes, deste modo é um desafio articular todas essas frentes, observa isso enquanto participante da gestão. Destaca ainda que existem alguns/mas profissional que expressam uma alienação aprofundada, cita o exemplo de uma profissional que afirmou que é “técnica e não militante”, e o desafio também se expressa junto aos/às profissionais que são racistas, homofóbicas, etc, esse é um grande desafio. Destaca ainda que a participação é uma escolha, uma vez que não é fácil abrir mão das demais questões pessoais. Wanderli afirma ser necessário estabelecimento de fluxos e prazos objetivando agilidade nos processos de comunicação e de gestão de forma geral no CRESS PR.

Retoma a fala da Sandra Nishimura, feita na mesa de abertura do evento, destaca que avalia que a exposição sobre o benefício de prestação continuada foi posta de maneira nítida, outra questão foi relacionada ao “Comida Boa”, frente a isso, observa a necessidade de encontrarmos formas de dialogar com os/as agentes do controle social para fazer esses enfrentamentos necessários. Que a comunicação compra o papel de defesa no nosso projeto ético-político.

Em seguida o grupo passa para a leitura das propostas para 2020. A exposição é feita por Sandra Mancino, observa que objetivo de apresentar as propostas de 2020 é dar ciência ao grupo sobre o que está em execução, com vistas a contribuir com a reflexão sobre o que deve

ser realizado no triênio (2021-2023). Destaca ainda que as ações em geral são permanentes, no entanto, a sinalização de um ano específico para sua execução, direciona maior incidência do conselho em determinado tema, em um prazo específico.

Sandra apresenta a metodologia, sinaliza que é importante que a indicação por ano seja realizada ao final, uma vez que existe limite de ações a serem executadas por ano. Retoma a consideração feita por Wanderli, na perspectiva de que ela possa ser incorporada neste debate - capacitação de conselheiros/as - controle social - na medida em que as defesas possam ser realizadas em defesa dos direitos sociais.

### **Proposta 1**

Apresenta que essa ação tem a perspectiva de aprimorar o fluxo e publicização das informações. Sandra apresenta breves reflexões sobre a relevância deste debate.

Lucas destaca que a Wanderli traz as questões dos fluxos, Lucas concorda com essa questão, portanto, pensa que poderia ser mantida dessa forma e que é necessário pensar em sua execução.

Márcia Lopes destaca que a proposta parece tranquila, mas que a questão envolve uma postura política de reflexão sobre o planejamento em uma autarquia, administração pública. A gestão do trabalho é importante nesse processo de mudanças de fluxos, com vistas a alcançar a comunicação direta com a categoria.

Liana reflete que a proposta como está redigida não atende a questão dos fluxos, embora dialogue com a questão da rotina de trabalho. Destaca que as resoluções atuais também não contempla a questão da pandemia, entende que essa que a deliberação proporciona essa possibilidade, no entanto, não dialoga com os fluxos. Esse elemento dialoga com o que foi apresentada pela Wanderli.

Esther aborda que anteriormente existia o Nuress em Cascavel e a Seccional incorpora os municípios que compunham o Nuress, considerando que estes municípios ficam representação da categoria.

Wanderli apresenta considerações pelo chat: Eu sugeri fluxos e prazos. O estabelecimento de prazos atenta para a agilidade para os processos tramitar em entre os diferentes setores, bem como, a relação com as direções CRESS e Seccionais. Retoma o apontamento em consideração verbal na reunião, destaca que a organização enquanto autarquia pública torna complexo o processo de discussão de fluxos e responsabilidade, informa sobre as discussões anteriores feitas, necessidade de pensar os processos de trabalho, estratégias de comunicação interna, pensar em prazos para isso.

Sandra informa que é uma outra proposta que deve ser registrada. Concorda com Liana que são duas coisas, uma coisa é a relação com as instâncias e outra coisa é a relação interna. Refletindo sobre nova proposta, é preciso refletir sobre o sistema da Implanta se atende as necessidades do CRESS e se não atende, é preciso pensar em outras estratégias, aponta o exemplo do MPPR que utiliza o sistema SEI que é free, no entanto, ele é liberado somente para conselho federal, não é liberado para conselhos estaduais.

Liana sugere que Sandra pudesse fazer uma redação inicial, preliminar para essa nova proposta, para que possa ser retomada ao final, na votação de novas propostas.

**Propostas Apresentadas No Chat:**

Sandra Mancino 10:35

Melhoria de fluxos internos de trabalho do CRESS, com estabelecimento de prazos e apoio de tecnologia.

Wanderli Machado 10:36

Sobre a base de representação NUCRESS/ Seccional. Qdo fazemos as oficinas de territorialização avançamos para um número de 20 NUCRESS e ainda assim precisamos atualizar. Não só interno, conforme o Lucas está argumentando

Lucas sugere que a redação contemple uma ampliação.

**Proposta 2**

Nesta ação destaca a questão do monitoramento, como um instrumento necessário, e a publicização faz com que a categoria esteja mais próxima desse processo.

Sandra apresenta reflexões sobre o período de pandemia e a necessidade de aprimoramento da deliberação.

Esther informa que a Seccional de Cascavel teve a oportunidade de realização de uma assembleia descentralizada, destaca que foi antes do período de pandemia, deste modo, endossa a importância dessa discussão enquanto Seccional.

Márcia solicita um esclarecimento. Destaca que entendeu que todas as propostas devem ser mantidas, mas que não podem ser alteradas. Sandra informa que é possível fazer alteração de redação.

**Reflexão Do Chat**

Wanderli Machado 10:39

É melhor porque as assembleias são regimentais e poderemos ter dificuldade com o Tribunal de contas

Liana questiona Wanderli sobre a proposição.

Wanderli informa que regimentalmente não é possível realizar assembleia regionais e sim plenárias, isso se deve a avaliação do TCU.

**Proposta 3**

Sandra solicita a contribuição de trabalhador do setor para apresentar como está o processo atualmente. Na sequência Davi informa que foi feita aquisição desses novos equipamentos/ recursos junto a implanta, destaca que a capacitação foi realizada bem no período em que foi reconhecida a Pandemia no Brasil, mas informa que, o sistema tem sido utilizado pelo setor de cadastro e financeiro. Saliencia que se espera aprofundar a utilização dos sistemas em uma perspectiva de comunicação e aprimoramento da gestão da informação. Destaca que esse momento de isolamento nos coloca ainda mais a necessidade de aprimorar o uso desses instrumentos que

tendem a facilitar o processo de interlocução das informações, assim como monitoramento.

Sandra sinaliza que essa ação já foi iniciada muito preliminarmente, no entanto, a questão da pandemia interferiu, de modo que é possível que essa questão tenha que ser priorizada para outro ano. Em seguida Rocio faz uma breve apresentação de como a ação foi iniciada, Rocio foi funcionária responsável junto com a conselheira à época - Márcia Oliveira. Rocio informa que o conselheiro Lucas da atual gestão também participou desse processo. Esther faz uma questão - se existe algum orçamento de sistema que possibilite esse arquivamento, digitalização. Rocio informa que já foi feito orçamento, mas que era muito caro, desta forma, sem o orçamento, depois desse processo inicial ficou determinado que cada setor faz a eliminação de documentos que não seriam mais necessários e arquivamento dos documentos importantes, é um processo manual.

Lucas retoma a questão do exemplo do sistema gratuito apresentado pela Sandra. Informa que participou de reunião com a Implanta e com o conhecimento do sistema, observa que ele dará conta dos processos de orientação e fiscalização, ética, contas, etc. mas não daria conta dessas informações gerais. Deste modo, sugere que seja levada a proposta de utilização do sistema SEI para o descentralizado e Nacional, com vistas a utilização complementar ao sistema da Implanta.

### **Chat**

Márcia Lopes 10:44

Esse sistema da Implanta é questionado há muito tempo. Temos que pensar em outro mesmo. Será que a gestão do CFESS vai continuar com ele? Porque muitos CRESS já reclamaram.

Sandra informa que o SEI dos sistemas públicos é o que tem mais convergência com o EARQ, portanto, avalia que é uma construção assertiva.

Márcia retoma as reclamações históricas com a Implanta e a necessidade de retomar o debate. No entanto, entende que essa reflexão sobre a retomada do sistema já está contemplada nessa proposta, ou até em outras. Destaca que as novas propostas precisam ousar na questão da democracia.

Esther destaca a necessidade de discussão sobre esses elementos, avaliação da questão da Implanta se atende as necessidades ou atende parcialmente. Destaca a necessidade de que isso deve ser contemplado para que não seja perdido.

Rosana Mirales aponta sobre a descentralização dos processos éticos que somente poderá ocorrer através do avanço tecnológico. Resgata o parecer jurídico do CFESS sobre assinaturas eletrônicas, que invalida assinaturas digitalizadas, nos moldes que vêm sendo utilizadas no CRESS PR.

Sandra Mancino 10:50

Proposta: Levar a discussão acerca da implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI para Conjunto CFESS /CRESS .

Lucas reflete que a proposta contempla a discussão. Retoma a discussão feita pela Márcia, uma vez que as 3 propostas novas são referentes a execução do CRESS PR, desta forma, essa nova relacionada ao sistema se refere a execução do conjunto, desta forma entende que podem ser feitas mais que 3 propostas, sendo as 3 internas para o CRESS PR e as demais para a discussão ampliada.



Sandra concorda até porque se a questão do sistema não for incorporada pelo CFESS é uma questão que foge à governabilidade do CRESS PR.

#### **Proposta 4**

Destaca que esse é um processo em aprimoramento, é uma atividade iniciada no primeiro semestre e que continua no segundo semestre na perspectiva de que as decisões sejam discutidas e compartilhadas.

#### **Proposta 5**

Registro de que essa é uma ação contínua e que ela já vem sendo executada.

Sandra sinaliza a importância do grupo refletir sobre a indicação de tema para o ano de 2021 e indaga se não seria necessário refletir sobre o que foi feito em 2020.

Liana sinaliza que independe do que foi realizado em 2020, é necessário manter a proposta, uma vez que, a comemoração do dia do/a assistente social é permanente. sinaliza a questão da aprovação em plenária nacional.

Sandra sinaliza que é possível fazer sugestão.

Lucas destaca que é necessário realizar sugestão e, reflete que no descentralizado será necessário de entrar em consenso a proposta do Sul e essa discussão, será novamente retomado para consenso nacional. Sugere que o dia do/a assistente social fosse focado na formação profissional, em defesa de uma formação crítica, considera que a formação deve ser chamada ao centro debate, tendo em vista a questão da formação precarizada no período de pandemia.

#### **Chat**

Wanderli Machado 10:58

Tendo a concordar com a Sandra, pois a avaliação nós levaria a manter o mesmo tema, justamente pela atualidade e necessidade de continuar a trabalhá-lo

Liana Lopes Bassi 11:00

Na prática os eventos realizados pelas diversas instâncias neste ano teve como pano de fundo a pandemia

Sandra reflete se esse tema é de interesse geral da categoria ou ele teria que estar conectado a outros temas e dialogar com a formação.

Wanderli Machado 11:03

Nós tivemos a campanha educação não é fast food e naquele período só nós denunciávamos a precarização do ensino. Neste contexto de pandemia, e pós pandemia ensino presencial tende a desaparecer

Liana demonstra que este tema não foi tratado da forma como foi previsto. Aponta a necessidade de uma temática de interesse de toda categoria profissional e que considera neste momento ser difícil de levantar este tema.

Márcia Lopes 11:04

Formação é mesmo um enorme desafio. Aproximar as Universidades, todas as UFs Tem um grande desafio. Mas acho que temos que estreitar CFESS/CRESS e ABEPSS.

Wanderli Machado 11:04

A Sandra faz uma excelente reflexão, e isso aponta novamente para o tema partir da reafirmação do exercício profissional comprometido com os interesses dos usuários.

Ester diz que concorda com Lucas e considera que o atual contexto afeta diretamente nas condições de trabalho de assistentes sociais e que isso a motiva, mas que também entende que talvez não seja o momento de definir este tema.

Sandra apresenta proposta de encaminhamento, é uma tarefa para a comissão de comunicação de dialogar com todas as instâncias do CRESS PR com vistas a refletir sobre o que seria indicação e, talvez, após apresentar forms para consulta da categoria, para apresentar as reflexões que serão levadas ao descentralizado e nacional.

Rosangela costa 11:07

Poderia ser a organização política da categoria profissional

Rosana 11:07

Eu penso que o tema deveria ser 'Relações sociais no Brasil', porém, os temas são vinculados às campanhas do conjunto. É isso que define pode

Wanderli Machado 11:08

A EC 95 acaba reeditando o tema da refilantropização das de políticas públicas. Assis reafirmar a profissionalização da política pública, e o compromisso com a qualidade do serviço, pautada nos princípios do nosso projeto ético político profissional.

## **Proposta 6**

Sem discussão

## **Proposta 7**

Exposição se refere à indicação de propostas para o novo triênio. Sandra resgata o tema, sugere que seja feito a consulta através do mesmo formulário proposto no eixo 5, utilizando o mesmo processo para ambos os eixos, abrindo espaço de participação e opiniões da categoria profissional.

## **Chat**

Wanderli Machado 11:10

Eu penso que a campanha do triênio precisa continuar na esteira da defesa da democracia e das conquistas e garantias

### **Novas Propostas**

Wanderli defende que seria importante pensar em uma assessoria técnica e de comunicação para os atores/atrizes que representam o CRESS nos de controle social.

#### **Chat:**

Lucas Januário 11:16

um Fórum de representantes do CRESSPR nos espaços de controle social vocês acham possível?

Liana relata que a categoria não tem conhecimento de como se faz para representar as/os trabalhadoras/es através do CRESS PR nos diversos conselhos de políticas públicas e que esta proposta coaduna com a necessidade destas orientações.

Ester coloca que há um obstáculo na comunicação com a população de modo geral, sugere que seja confeccionada uma cartilha ou documento similar que possua linguagem mais popular que facilite o entendimento, objetivando facilitar estas orientações. Aponta que há duas questões: a comunicação com a categoria profissional, que contempla na proposta; e outra que seria um desdobramento para a população no geral.

Lucas relembra que já houve algumas confusões sobre este papel de assessoria, com demandas não compatíveis com o real escopo desta assessoria. Neste sentido, coloca que o fórum seja uma proposta que contempla esta necessidade. Indica que a proposta da Sandra seja pensada através de um fórum de representantes no CRESS PR. Informa que há uma organização proposta pela gestão do CRESS PR para articulação com a categoria profissional para fortalecimento da base.

#### **Chat**

Sandra Mancino 11:20

Proposta ampliada: Melhoria de fluxos internos de trabalho do conjunto CFESS/CRESS, com estabelecimento de prazos e apoio de tecnologia.

Atende Lucas?

Wanderli Machado 11:21

Exatamente isso, a nossa comunicação com os agentes do controle social representantes dos usuários precisa ser compreensível, formativa e informativa

Liana Lopes Bassi 11:22

Elaborar material de comunicação que dialogue com os segmentos populares sobre a importância e formas de participação nas instâncias do controle social. Não seria isso?

Sandra reflete que o fórum se configura como uma estratégia, retoma a questão que Liana aponta de que essa discussão não seria para o eixo de movimentos sociais. Apresenta leitura das duas propostas construídas e apresentadas pelo chat.

**Reflexão sobre a proposta sobre sistemas:**

Tonia apresenta reflexões sobre a necessária avaliação da utilização do sistema, uma vez que o sistema tem sido uma importante ferramenta de registro de informações.

**Chat**

Guilherme Almeida 11:34

Concordo com a Tônia, e tem que ser avaliado se é possível a utilização desse sistema. Salvo engano, o Sistema operacional é contratado pelo CFESS via licitação e é padronizado nacionalmente.

**Reflexão sobre a proposta da ouvidoria:**

Lucas coloca que a ouvidoria atualmente tem algumas questões que precisam ser analisadas, como exemplo, caso chegue uma denúncia relacionada a gestão do CRESS PR, a própria gestão do CRESS PR irá analisar a demanda. Sugere que seja levada uma proposta para o CFESS de pensar a ouvidoria de forma articulada nacionalmente. Considera essencial um grupo de trabalho que estude e se aprofunde sobre a ouvidoria do CRESS PR, para que sejam feitas novas propostas no futuro para melhor eficácia deste mecanismo. Aponta para uma articulação do Conselho Fiscal e Comissão de Comunicação, mas considera essencial esta proposta de articulação na região sul e nacionalmente.

Sandra sugere a supressão da proposta 6 e que ela seja substituída pela discussão sobre a ouvidoria, pois o seminário é uma questão feita pelo CFESS.

Lucas faz esclarecimentos sobre a importância de manutenção do evento nacional. Fica o encaminhamento de levar essa discussão da ouvidoria de maneira “paralela” para ser discutida no descentralizado.

Discute-se sobre a possibilidade de inclusão deste encaminhamento em uma das propostas novas, com indicativo de inclusão na nova proposta 2, considerando a discussão de implantação de um novo sistema que já contemple ouvidoria online.

**Proposta que será levada para discussão descentralizado e Nacional**

Levar a discussão acerca da implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI para Conjunto CFESS /CRESS.

**RESULTADO**

Nº	EIXO 6 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO CRESSPR	ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO / NOVA REDAÇÃO	ANO DE EXECUÇÃO		
			2021	2022	2023
			Limites de propostas		
Total			3	2	2
1	Aprimorar instrumentos normativos que defina os papéis das instâncias do conjunto e NUCRESS orientem suas responsabilidades e rotinas de trabalho;	Sem alteração	x		
2	Realização de Plenárias Deliberativas Regionais para aprovação de matérias de interesse da categoria e propostas a serem defendidas nos Encontros do conjunto CFESS/CRESS;	Sem alteração	x		
3	Eixo Administrativo-Financeiro do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Deliberação nº 09 “ Continuar os estudos, com vistas à padronização de eliminação e arquivamento de documentos, do Conjunto CFESS/ CRESS, em consonância com o disposto na Resolução no 40, de 9 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarg), bem como realizar estudo do Decreto 8.539/2015 que prevê o sistema eletrônico de informação.”	Sem alteração			x
4	Eixo Administrativo-Financeiro do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS. Deliberação nº 24 “Acompanhar, em articulação com os demais conselhos de categoria, os debates acerca do regime jurídico único e sobre medidas restritivas e reguladoras, com vistas a garantir o debate e a defesa da autonomia e independência dos conselhos de profissão.”	Sem alteração		x	
5	Eixo Comunicação do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Deliberação nº 01 “Aprovar tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social, em 2020: A valorização do Serviço Social no contexto de ataque às liberdades democráticas e aos direitos, com ênfase na dimensão pedagógica do trabalho profissional na organização popular e na luta antirracista.”	Eixo Comunicação do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. “Aprovar tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social, em 2021: “O trabalho da/do Assistente Social pós-pandemia”	x		
6	Eixo Comunicação do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Deliberação nº 04 “Realizar o 6º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS”.	Sem alteração		x	



7	Eixo Comunicação do 48º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Deliberação nº 07 “Desencadear ações para efetivar a Campanha de Gestão 2017-2020: Assistentes sociais no combate ao racismo.”	Eixo Comunicação do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. “Desencadear ações para efetivar a Campanha de do triênio 2021-2023: “Estado Mínimo e Desmonte das Políticas Públicas”	x	x	X
<b>NOVAS PROPOSTAS</b>					
1	Estabelecer estratégias de formação e orientação para os AS que atuam no controle social de políticas públicas de modo a qualificar a intervenção do CRESS na defesa das políticas públicas;		x		
2	Melhoria de fluxos internos de trabalho do conjunto CFESS/CRESS, com estabelecimento de prazos, aprimoramento dos mecanismos de transparência e ouvidoria, com o apoio de tecnologia, inclusive levar a discussão acerca da implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI para Conjunto CFESS / CRESS.		x		
3	Elaborar material de comunicação que dialogue com os segmentos populares sobre a importância e formas de participação nas instâncias do controle social			x	

# Encerramento

No dia 01 de agosto de 2020, das 09h às 12h, foi realizada a Plenária Ampliada do CRESS/PR. A Conselheira presidenta do CRESS Andrea Braga inicia a Plenária saudando a categoria, falando da importância do encontro, dando informes gerais e sobre o processo participativo do encontro.

## 1) Prestação de Contas

A conselheira tesoureira Jucimeri, iniciou falando do compromisso do CRESS-PR e de suas responsabilidades sendo uma autarquia com responsabilidades previstas na legislação. Iniciou com uma apresentação com dados financeiros com a prestação de contas, apresentou uma planilha com todo o detalhamento da receita e das despesas. Destacou as despesas com as ações prioritárias, regimentais, seccionais de Londrina e de Cascavel. Esclareceu que as despesas são definidas coletivamente, por meio de apresentação de projetos e prestação de contas.

Apresentou dados do trabalho desenvolvido pelas Comissões Regimentais, eventos como o Congresso Paranaense, Seminários, audiência com o presidente do Tribunal de Justiça. Balanço das atividades executadas pela Comissão de Orientação e Fiscalização. Apresentou um balanço a partir dos Eixos: Defesa e Valorização da Profissão, orientação e fiscalização; Formação Profissional de Qualidade; Defesa das Políticas Sociais e da Seguridade Social; Ética e Direitos Humanos. Destacou o aumento do engajamento nas redes sociais, com aumento de acesso e participação nas redes sociais, cita os relatórios que estão disponíveis no site com todos os dados e ações realizadas pelo conselho.

Encerrou dizendo que estamos em meio a atividades remotas aprimorando nossas reuniões e responsabilidades, se adequando com o período pandêmico.

Perguntas: Questionamentos sobre despesas com terceiros, passagens referentes a viagens e com o Congresso Paranaense. Conselheira Jucimeri explicou sobre as rubricas planejadas com antecedência e que toda a categoria pode ter acesso no portal da transparência esclarecendo que as despesas do CRESS-PR são fiscalizadas pelo CFESS. A conselheira Jucimeri esclareceu sobre o esforço da gestão buscando formas de redução de custos para atender as demandas da categoria.

Para mais informações sobre o item, acesse o Relatório de Atividades 2019, disponível no Portal da Transparência do CRESS.

## 2) Apresentação das propostas priorizadas nos eixos

Conselheira Adrieli Volpato (CRESS) iniciou falando da nova forma de comunicação com a categoria por meio on- line, na qual alcançou todas as cidades do Paraná. Uma breve explanação da metodologia de trabalho do Encontro Estadual. Mobilizou a categoria na participação política junto ao CRESS PR. No decorrer do Encontro pode-se debater propostas para o próximo triênio 2021/2022/2023, elencando a implementação e execução das ações propostas nos diferentes

eixos. Apontou a alegria em ter conseguido alcançar uma grande parcela da categoria.

Sandra Mancino, vice-presidenta do CRESS, compartilhou uma apresentação com a Sistematização das propostas deliberadas para o Triênio 2021, 2022 e 2023. Ao todo foram 70 propostas para o triênio: Eixo 1: 10 propostas; Eixo 2: 10 propostas; Eixo 3: 10 propostas; Eixo 4: 12 propostas; Eixo 5: 19 propostas; Eixo 6: 9 propostas. No decorrer da apresentação pontuou os detalhes mais específicos das propostas para cada ano.

O Assistente Social Rogério integrante da gestão da Seccional de Cascavel apresentou as propostas do Eixo 1. A Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e integrante da atual gestão do CRESS PR Christiane apresentou as propostas do Eixo 2. A Professora da PUC e integrante da atual gestão do CRESS PR Marcia Oliveira apresentou as propostas do Eixo 3. A assistente social integrante da atual gestão do CRESS PR Deby fez a apresentação das propostas do Eixo 4. A assistente social Liana integrante da Coordenação da Seccional de Londrina fez a apresentação das propostas do Eixo 6. Assistente social Renária iniciou a apresentação das propostas do Eixo 5, porém devido a problemas na rede de internet, a Conselheira Andréia deu andamento a apresentação. Não houve questionamento da categoria no chat sobre as propostas apresentadas nos Eixos.

Sandra Mancino agradeceu a participação de todas/os e solicita o engajamento da categoria nas instâncias do CRESS PR, informa que as planilhas ficaram disponíveis no site do CRESS para acesso de todos. Enfatizou que o próximo passo será desdobrar as propostas apresentadas em ações. Divulgou o telefone do CRESS para que a categoria possa entrar em contato para participação nesse processo.

Adrielle fez as considerações finais, pontuando a importância do envolvimento da categoria nas diferentes instâncias do CRESS para que as propostas sejam convertidas em ações efetivas. Por isso, nesse momento é muito importante a mobilização de toda a categoria do Paraná. Agradeceu o aprendizado e mobilização dos três dias do Encontro Estadual.

A Presidenta do CRESS PR Andréa Braga fez uma síntese detalhada do Encontro, falando do número significativo de participação dos profissionais e estudantes e do desafio desse Encontro ter sido realizado via on-line. Agradeceu a todos os participantes e enfatizou a importância da continuidade de mobilização e participação da categoria, ainda mais nesse novo contexto pandêmico. Fez uma breve consideração de cada Eixo discutido no Encontro e a necessidade de incidência do conselho em meio a transversalidade das diferentes políticas sociais e da formação profissional. Também enfatizou a defesa permanente dos direitos humanos e do projeto ético político da profissão e encerrou o Encontro Estadual solicitando a participação de todas/os para a foto de encerramento.